

CAVALO BRANCO



O Rei do Mundo

RENE GUENON

O Rei do Mundo

Porque o Homem está à beira, talvez, do maior acontecimento da sua história milenária, porque pouso já os seus pés no limiar desse admirável Mundo Novo tão celebrado pelos bardos da esperança ou pelas sibilas do futuro, é hoje possível dizerem-se certas coisas. Coisas espantosas, sem dúvida, mas que, por si só, sanciam tantas soluções de continuidade no processo evolutivo e desenrolam o indispensável «fio de ariadne» no labirinto de tantos factos abstrusos, até agora inexplicáveis.

Desde sempre certos mistérios passíveis de serem profanados com a sua revelação pública, apenas se sussurravam aos ouvidos de alguns raros privilegiados, e ainda que inscritos à letra de fogo nas páginas dos livros sagrados de todas as tradições, o seu sentido permanecia velado aos profanos, pois que só o espírito é vivo debaixo da letra que mata.

O mistério do Rei do Mundo fora já aflorado, modernamente, com Saint-Yves d'Alveydre, com Ossendowski, com Rivière e alguns outros conspícuos autores, e o livro «A Terra Ocax», de Raymond Bernard, tece uma série de considerações, as mais oportunas, acerca desse reino subterrâneo, morada dos homens perfeitos, o mundo de Agartha e a sua capital, a misteriosa cidade de Shamballah, sede do Rei do Mundo.

O ilustre cabalista René Guénon (que teve por Mestre um famoso Rábino) oferece-nos um conspecto geral dos transcendentes problemas que se referem a Agartha e ao Rei do Mundo, e um dado ressalta, em definitivo, desta obra extraordinária de erudição, ainda que perfeitamente assimilável: o da existência duma tradição inequívoca, no espaço e no tempo, constituída pelo testemunho colectivo a que se radica como prova de consenso universal. Existe uma «Terra Santa», uma «Terra de Salem», protótipo de todas as terras santas e poderoso Centro de irradiação cósmica, centro zelosamente guardado pelas genuínas Confrarias Iniciáticas, de quem a Soberana Ordem dos Templários é exemplo manifesto ao instituir-se como fiel «Guardiã da Terra Santa».

Ora, da identidade e concordância das tradições, ou da sua universalidade, decorre, naturalmente, a ideia da existência duma

Fonte Única, original, que expressa, na linguagem hierática de todas as tradições e através dos seus símbolos, lendas e mitos, a realidade dessa misteriosa «Terra Santa» e do seu Chefe Supremo, conhecido na Índia como o Jagrat-Dwipa.

Contudo, este Ser Supremo possui outros nomes, porque as suas funções são múltiplas e complexas. Assim, como Soberano Oculto dos seres da Terra, é denominado pelos Tibetanos como o Rygden-Djyepo. Como o Senhor Supremo das Ordens Secretas autenticamente Iniciáticas, isto é, de âmbito solar, Ele é Melki-Tsedek; pois que todas as Ordens Iniciáticas dimanam duma Ordem primordial, a Ordem de Melki-Tsedek.

Mas Melki-Tsedek, na sua dupla função de Soberano e Pontífice é, na realidade, o fulcro, o alfa e o ómega de toda a evolução em processo em nosso globo, como organizador supremo das instituições humanas, de todas as civilizações, dado que determina os seus biótipos, as suas formas arquetipais. E alguns dirigentes humanos, os que na verdade servem os planos da Ideação Arcânica, são efectivamente expressões, directas ou indirectas, da sua vontade, como Manifestação Ideoplástica do Homem Cósmico que é.

Como o afirma Parasana a Maltri, no Vishnu-Purana: «coroado e exaltado pelos próprios deuses e pelos seres celestes que eternamente honram as suas virtudes excelsas, encontra-se o Mantenedor do Mundo. Ele detém as Forças Cósmicas. Ele torna possível a existência do nosso Globo». Ou, como o ouviu da boca do seu Guru o grande místico e erudito Jean Marquès de Rivière, autor da obra «A L'Ombre des Monastères Thibétains»: «...e agora, meu filho, no silêncio de todas as coisas existe um mistério muito mais profundo que tudo o mais. Sabei que reina sobre a Terra, e muito acima dela, o Lama dos Lamas. Aquela diante do qual o próprio Trachi-Lama se prosterna na maior das reverências. Aquela a quem chamamos o Senhor dos Três Mundos. Mas seu reino terrestre mantém-se oculto à visão dos homens...»

Mas nada melhor do que iniciarmos a leitura atenta do magistral livro de René Guénon. Não há dúvida de que os tempos são chegados. A luz existia conquanto ofuscada sob o alqueire. É hora de que comecemos a iluminar-nos o Caminho o seus mistérios.

INDICE

	Página
I. Noções sobre a «Agarthá» no Ocidente	9
II. Realeza e Pontificado	17
III. A «Shekinah» e «Metatron»	29
IV. As três funções supremas	41
V. O simbolismo do Graal	53
VI. «Mukl-Tsedeq»	62
VII. «Luz» ou a morada da imortalidade	79
VIII. O centro supremo oculto durante a «Kali-Yuga» ...	91
IX. O «Omphalos» e os bétlos	99
X. Nomes e representações simbólicas dos centros espirituais	111
XI. Localização dos centros espirituais	119
XII. Algumas conclusões	127

I

NOÇÕES SOBRE A «AGARTHA» NO OCIDENTE

A obra póstuma de Saint-Yves de Alveydre, intitulada «Missão da Índia», que se publicou em 1910, contém a descrição de um centro iniciático misterioso, designado pelo nome de «Agartha». Muitos leitores desse livro supuseram-no um relato, simplesmente imaginário, que não se baseava em nada de real. Com efeito, há nele, se se quiser tomar tudo à letra, inverosimilhanças que poderiam, pelo menos para quem se atém às aparências exteriores, justificar tal apreciação. E, sem dúvida, o seu autor, Saint-Yves, devia ter boas razões para ele próprio não publicar essa obra, escrita há muito tempo, e que não estava realmente concluída. Por outro lado, até aí não fora feita na Europa alusão à «Agartha» e ao seu chefe, Brahmâtmâ, senão por um escritor, Louis Jacolliot, cuja autoridade não é possível invocar.

Pela nossa parte, pensamos que este tivesse ouvido realmente falar nessas coisas, durante a sua estadia na Índia, mas retocou-as, como ao resto, à sua maneira eminentemente fantasista. Mas em 1924, deu-se um acontecimento novo e até algo inesperado: o livro *Animais, Homens e Deuses*, no qual Ferdinand Ossendowski conta as peripécias de uma viagem movimentada, que fez em 1920 e 1921, através da Ásia Central, e que contém, sobretudo na última parte, relatos quase idênticos aos de Saint-Yves; e o barulho feito em torno desse livro constitui, segundo julgamos, uma oportunidade propícia para quebrar, enfim, o silêncio sobre a questão da «Agartha».

Naturalmente, espíritos cépticos ou mal intencionados não deixaram de acusar Ossendowski de ter, pura e simplesmente, plagiado Saint-Yves e de rebater, apoiados nesse pretexto, todas as passagens concordantes das duas obras. De facto, há um grande número dessas passagens que apresenta, até em alguns pormenores, uma semelhança singular e surpreendente. Em primeiro lugar, há o que podia parecer o mais inverosímil no próprio Saint-Yves, queremos dizer, a afirmação da existência de um mundo subterrâneo, estendendo as suas ramificações por toda a parte, sob os Continentes e até sob os Oceanos, e pelas quais se estabelecem invisíveis comunicações entre todas as regiões da Terra.

Porém, Ossendowski não reclama para si esta afirmação, e declara mesmo que não sabe o que pensar a tal respeito, atribuindo-a a diversos personagens que encontrou durante a sua viagem. Há também, a respeito de outros pontos mais particulares, a passagem em que o «Rei do Mundo» é representado diante do túmulo do seu antecessor, aquele que é a origem dos Boémios, que teriam vivido, outrora, na «Agartha» (1) e de outros mais. Saint-Yves diz que há ocasiões, durante a celebração subterrânea dos «Mistérios Cósmicos», em que os viajantes, que se encontram no deserto, param e em que os próprios animais ficam silenciosos (2).

Ossendowski afirma que assistiu a um desses momentos de recolhimento geral. Há, sobretudo, uma coincidência estranha — a história de uma ilha desaparecida onde viviam homens e animais extraordinários. Aí, Saint-Yves cita o resumo do peri-plo de Iambule, enquanto Ossendowski fala da viagem de um antigo budista do Nepal. Todavia as suas descrições são muito diferentes. Se, realmente, existem dessa história duas versões, prove-

(1) Devemos dizer, a propósito disto, que a existência de povos «em tribulações», de que os Boémios são um dos exemplos mais impressionantes e evidentes; é realmente qualquer coisa de bastante misterioso e que exigiria ser estudada com atenção.

(2) O dr. Arturo Reghini faz notar que isso podia ter certa relação com o *timor pánicus* (o terror pánico) dos antigos. De facto, essa comparação parece-nos extremamente verosimil

nientes de origens tão afastadas uma da outra, poderia ser interessante encontrá-las, para as comparar, com cuidado.

Devemos assinalar todas estas comparações, mas temos também de dizer que elas não nos convencem, de forma alguma, da realidade do plágio. De resto, a nossa intenção não é entrar numa discussão que, no fundo, só nos interessa mediocrementemente. Independentemente dos testemunhos que Ossendowski indica, sabemos de outras fontes que os relatos desse género são uma coisa vulgar na Mongólia e em toda a Ásia Central. E acrescentaremos que existe algo de semelhante nas tradições de quase todos os povos.

Por outro lado, se Ossendowski tivesse copiado, em parte, a «Missão da Índia», não vemos por que teria omitido certas passagens, nem porque teria mudado a grafia de algumas palavras, escrevendo, por exemplo, *Aghartti*, em vez de *Agartha*, o que, pelo contrário, se explica muito bem se ele obteve de fonte mongol as informações que Saint-Yves tinha obtido de fonte hindu, pois, pelo que sabemos, ele relacionou-se com dois Hindus, pelo menos ⁽¹⁾. Nem compreendemos porque teria ele

(1) Os adversários de Ossendowski quiseram explicar o mesmo facto, pretendendo que ele tivera nas suas mãos uma tradução russa da «Missão da Índia», tradução cuja existência é mais do que problemática, visto que os herdeiros de Saint-Yves a desconhecem completamente. Rectificaram também Ossendowski

empregado, para designar o chefe da hierarquia iniciática, o título de *Rei do Mundo*, que não figura em parte alguma do livro de Saint-Yves.

Mesmo admitindo algumas hipóteses, não se poderia ir mais longe do que Ossendowski, que por vezes diz coisas que não têm equivalência na «Missão da Índia» e que são daquelas que ele não pode decerto inventar totalmente, visto que, mais preocupado com política do que com ideias e doutrinas e ignorante de tudo o tocante ao esoterismo, foi incapaz de discernir o seu exacto alcance. Tal é, por exemplo, a história de uma «pedra negra», enviada outrora pelo «Rei do Mundo» ao Dalai-Lama, depois transportada para Ourga, na Mongólia, que desapareceu há cerca de cem anos ⁽¹⁾.

Ora, em inúmeras tradições, as «pedras negras» representam um papel importante, desde aquela que era o símbolo de Cibele; até à que está imbutida na *Kaabah*, de Meca ⁽²⁾. Eis outro exemplo: o

por escrever *Om*, enquanto Saint-Yves escreve *Aum*. Ora se *Aum* é a representação do monossílabo sagrado, recomposto nos seus elementos constitutivos, *Om* é, no entanto, a transcrição correcta, que corresponde à pronúncia exacta, tal como existe, tanto, na Índia, como no Tibete e na Mongólia. Este pormenor é o suficiente para se avaliar a competência de certos críticos.

(1) Ossendowski, ignorando tratar-se de um aerólito, procura explicar certos fenómenos, como a aparição de caracteres na sua superfície, supondo que seja uma espécie de ardósia.

(2) Haveria também aqui uma curiosa aproximação a fazer com o *lapis azulinus*, pedra caída do céu, e na qual as inscrições apareciam igualmente em certas circunstâncias, que é identificada

Bogdo-Khan, ou «Buda Vivo», que se encontra em Ourga, conserva, entre outras coisas preciosas, o anel de Gengis-Khan, no qual está gravada uma *swastika*, e uma placa de cobre que possui o sinete do «Rei do Mundo».

Ao que parece, Ossendowski não teria podido ver senão o primeiro daqueles objectos. Não poderia ter-lhe acudido ao espírito falar de uma placa de ouro?

Estas poucas observações preliminares são suficientes para o que nos propomos, porque pretendemos permanecer estranhos a qualquer polémica e discussão entre pessoas.

Se citamos Ossendowski e até Saint-Yves é unicamente porque o que ambos afirmam pode servir de ponto de partida para considerações que nada têm a ver com o que poderá pensar-se de um e de outro, e cujo alcance ultrapassa singularmente as suas individualidades, bem como a nossa, que não deve contar, nesse domínio. Não queremos entregar-nos, a propósito das suas obras, a uma «crítica de textos», mais ou menos inútil, mas naturalmente

ao Graal, na versão de Wolfram de Eschenbach. O que torna o caso mais curioso é que, segundo essa mesma versão, o Graal foi finalmente levado para o «reino do Preste João», que alguns querem precisamente comparar à Mongólia, embora nenhuma localização geográfica possa ser aqui aceite literalmente.

trazer indicações que ainda não foram dadas em parte alguma, pelo menos que saibamos e que, em certa medida, são susceptíveis de auxiliar a esclarecer aquilo a que Ossendowski chama o «Mistério dos Mistérios» (1).

(1) Ficámos surpreendidos ao saber recentemente que alguns pretendem fazer passar este livro, por um testemunho a favor de uma personalidade, cuja existência nos era completamente desconhecida, na época em que o escrevemos. Opomos o nosso mais formal desmentido a qualquer outra asserção, dando quer que possa vir, porque se trata exclusivamente de uma exposição de dados, que pertencem ao simbolismo tradicional e que, absolutamente, nada têm a ver com quaisquer «personalidades».

II

REALEZA E PONTIFICADO

O título de «Rei do Mundo», tomada na sua acepção mais elevada, mais completa e, ao mesmo tempo, mais rigorosa, aplica-se propriamente a *Manu*, o Legislador primordial e universal, cujo nome se encontra sob diversas formas, em grande número de povos antigos. Lembremos apenas, a este respeito, o *Mina* ou *Menés*, dos Egípcios, o *Menuw*, dos Celtas, e o *Minos*, dos Gregos ⁽¹⁾. Aliás, esse nome não designa, de modo algum, um personagem histórico ou, mais ou menos, lendário. O que designa, na realidade, é um princípio, a Inteligência cósmica que reflecte a Luz espiritual pura e formula a Lei (*Dharma*) conveniente às condições do nosso

(1) Entre os Gregos, Mínos era, ao mesmo tempo, o Legislador dos Vivos e o Juiz dos Mortos. Na tradução hindu, essas duas funções pertencem, respectivamente, a *Manu* e a *Yama*, mas estas são representados como irmãos gêmeos, o que indica que se trata do desdobramento de um princípio único, encarado sob dois aspectos diferentes.

mundo, ou do nosso ciclo de existência, e ao mesmo tempo, o arquétipo do homem, considerado especialmente enquanto ser pensante (em sânscrito, *mānava*).

Por outro lado, o que importa essencialmente salientar aqui é que esse princípio pode ser manifestado por um centro espiritual, estabelecido no mundo terrestre por uma organização encarregada de conservar integralmente o depósito da tradição sagrada, de origem «não humana» (*Apaurushēya*), pela qual a Sabedoria primordial se comunica, através das idades, àqueles que são capazes de a receber. O chefe dessa organização, representante por assim dizer do próprio *Manu*, poderá legitimamente usar o título e os atributos dele.

Além disso, pelo grau de conhecimento que deve ter atingido para poder exercer as suas funções, identifica-se realmente com o princípio, de que é como que a expressão humana e diante do qual a sua individualidade desaparece.

É este o caso de *Agartha*, se esse centro recolheu, como afirma Saint-Yves, a herança da antiga «dinastia solar» (*Sūrya-vansha*), que residia outrora em Ayodhyā⁽¹⁾ e que fazia remontar a sua origem a *Vaivasvata*, o *Manu* do ciclo actual.

(1) Esta sede da «dinastia solar», se a considerarmos simbolicamente, pode aproximar-se da «Cidadela Solar», dos Rosas-Cruz e, sem dúvida, também da «Cidade do Sol», de Campanella.

Como já dissemos, Saint-Yves não considera, no entanto, o chefe supremo da *Agartha* como «Rei do Mundo». Apresenta-o como «Soberano Pontífice» e, além disso, coloca-o à frente de uma Igreja bramânica, designação que procede de uma concepção um pouco ocidentalizada ⁽¹⁾.

Com excepção desta última reserva, o que Saint-Yves afirma, a esse respeito, completa o que, por seu lado, Ossendowski diz. Parece que cada um deles viu apenas o aspecto que correspondia mais directamente às suas preocupações dominantes porque, realmente, trata-se aqui de um duplo poder, ao mesmo tempo, sacerdotal e real.

O carácter «pontifical», no sentido mais exacto da palavra, pertence realmente, e por excelência, ao chefe da hierarquia iniciática, e esse facto exige uma explicação: literalmente, o *Pontifex* é um «construtor de pontes», e esse título romano é, de certo modo, pela sua origem, um título «maçónico». Mas, simbolicamente, é quem preenche as funções de

(1) Esta denominação de «Igreja Bramânica» nunca foi, de facto, empregada na Índia, senão pela seita heterodoxa e muito moderna de *Brama-Sâmaï*, nascida no princípio do século XVII, sob a influência europeia, especialmente protestante, dividida em breve em múltiplos ramos rivais, e hoje quase completamente extinta. É curioso notar que um dos fundadores dessa seita foi o avô do poeta hindu Rabindranath Tagore (1861-1941).

mediador, estabelecendo a comunicação entre este mundo e os mundos superiores ⁽¹⁾.

Com esse título, o Arco-Iris, a «ponte celeste» é um símbolo natural do «Pontificado» e todas as tradições lhe dão significados perfeitamente concordantes.

Assim, nos Hebreus, é a prova da aliança de Deus com o seu povo. Na China é o sinal da união do Céu com a Terra. Na Grécia representa *Iris*, a «mensageira dos deuses». Um pouco por toda a parte, entre os Escandinavos como entre os Persas e os Árabes, na África Central e até em certos povos da América do Norte, é a ponte que liga o mundo sensível ao supra-sensível.

Por outro lado, a união dos dois poderes, sacerdotal e real, era representado, entre os Latinos, por certo aspecto do simbolismo de *Janus*; simbolismo extremamente complexo e de múltiplos significados: as chaves de ouro e de prata simbolizam, analoga-

(1) São Bernardo diz que «O pontífice» como indica a etimologia da palavra, é uma espécie de «ponte entre Deus e o homem» (*Tractatus de Moribus et Officio episcoporum*, III, 9). Há na Índia um termo que é próprio dos Jainas, que é o rigoroso equivalente do «Pontifex» latino. É a palavra *Thirthamkara*, literalmente «aquele que faz um vau ou uma passagem». Essa passagem é o caminho da Libertação (*Moksha*). Os *Thirthamkara* são em número de vinte e quatro, como os Anciãos do Apocalypse, que, por outro lado, constituem também um Colégio pontifical.

mente, as duas iniciações correspondentes ⁽¹⁾. Para empregar a terminologia hindu, trata-se do caminho dos Brâmanes e do dos *Kshatriyas*. Mas no cume da hierarquia está o principio comum, donde uns e outros tiram as suas atribuições respectivas, portanto, acima da sua distinção, visto que é a fonte de toda a autoridade legítima, em qualquer domínio que ela se exerça. E os iniciados de *Agartha* são *atibarna*, o que significa «acima das castas» ⁽²⁾. Na Idade Média havia uma expressão, na qual os dois aspectos complementares da autoridade se encontravam reunidos de uma maneira digna de nota. Nessa época, falava-se muitas vezes de uma região misteriosa a que se chamava o «Reino do Preste João» ⁽³⁾. Era no tempo em que o que se poderia

(1) Sob outro ponto de vista, essas chaves são, respectivamente, a dos «Grandes Mistérios» e a dos «Pequenos Mistérios». Em certas representações de *Jenase*, os dois poderes são também simbolizados por uma chave e por um cetro.

(2) Notemos a propósito que a organização social da Idade Média ocidental parece ter sido, ao principio, decalçada da instituição das castas. O Clero correspondia aos Brâmanes, a Nobreza aos *Kshatriyas*, o terceiro estado aos *Valayas* e os servos aos *Shúdras*.

(3) Trata-se particularmente do «Preste João» do tempo de S. Luis, nas viagens de Carpin e de Rubruquis. O que complica as coisas é que, segundo alguns, teria havido até lá quatro personagens que usavam esse título: no Tibete (ou em Pamir), na Mongólia, na India e na Etiópia. Esta última palavra tinha, além disso, um sentido muito vago. Mas é provável que se tratasse de diferentes representantes do mesmo poder. Diz-se também que

designar como a «cobertura exterior» do centro em questão era formado, numa boa parte, pelos Nestorianos (ou o que se convencionou chamar assim, com razão ou sem ela) e os Sabaeus⁽¹⁾. E eram estes, precisamente, que davam a si mesmos o nome de «Mendayyeh de Yahia», isto é, «discipulos de João».

A este respeito, devemos fazer já uma outra observação. É curioso que muitos grupos orientais, de carácter bastante fechado, desde os Ismaelitas, ou «Discipulos do Velho da Montanha», aos Drusos do Líbano, tenham tomado uniformemente o título de «Guardiões da Terra Santa». O que segue fará, sem dúvida, compreender melhor o que isso pode significar. Parece que Saint-Yves encontrou uma frase mais justa, talvez ainda mais do que julgava, quando nos fala dos «Templários de

Gengis-Khan quis atacar o «Reino do Preste João», mas que este o repeliu, desencadeando o raio sobre os seus exércitos. Finalmente, depois das invasões muçulmanas, ele seria representado exteriormente pelo Dalai-Lama.

(1) Encontraram-se na Ásia Central, particularmente na região do Turquestão, cruzes nestorianas que, como forma, são exactamente semelhantes às cruzes da cavalaria, algumas das quais, além disso, têm ao meio a figura da «swastika». Por outro lado, é de notar que os Nestorianos, cujas relações com o Lamaísmo parecem incontestáveis, tiveram uma acção importante, embora bastante enigmática, nos princípios do Islão. Por seu lado, os Sabaeus exerceram grande influência no mundo árabe, no tempo dos califas de Bagdade. Pretende-se também que se refugjaram ali, depois de uma estadia na Pérsia, os últimos neo-platónicos.

Agartha». Para que ninguém se admire da expressão «cobertura exterior» que atrás empregámos, deve ter-se em atenção, efectivamente, que a iniciação cavalheiresca era, essencialmente, uma iniciação de *K'shatriyas*, o que explica, entre outras coisas, o papel preponderante que aí representa o simbolismo do Amor ⁽¹⁾.

Seja como for, a ideia de um personagem ao mesmo tempo, sacerdote e Rei, não é muito vulgar no Ocidente, embora se encontre na própria origem do Cristianismo representada de uma maneira convincente pelos Reis Magos. Mesmo na Idade Média, o poder supremo (pelo menos, segundo as aparências exteriores) era dividido entre o Papado e o Império ⁽²⁾.

Tal separação pode ser considerada como a marca de uma organização incompleta por cima, se assim se pode dizer, visto que não se vê aparecer o princípio comum donde procedem e dependem regularmente os dois poderes. O verdadeiro poder devia encontrar-se, pois, noutro lugar. No Oriente, a conservação de tal separação no próprio cume da hierarquia é, pelo contrário, bastante excepcional

(1) Já assinalámos essa particularidade num outro estudo nosso sobre «O Esoterismo de Dante».

(2) Na Roma antiga, pelo contrário, o Imperador era, ao mesmo tempo, o Pontífex Maximus. A teoria muçulmana do Califado liga também dois poderes, pelo menos em certa medida, bem como a concepção extremo-oriental do Wang.

e não é senão em certas concepções budistas que se encontra qualquer coisa de semelhante.

Queremos aludir à incompatibilidade confirmada entre a função de Buda e a de *Chakravarti*, ou «Monarca Universal» (1), quando se diz que *Shâkya-Muni* teve, em dado momento, de escolher entre uma e outra.


Convém acrescentar que a palavra *Chakravarti*, que nada tem especialmente de budista, se aplica muito bem, segundo os dados da tradição hindu, à função de Manu ou dos seus representantes. Literalmente, é aquele «que faz girar a roda», quer dizer, aquele que, colocado no centro de todas as coisas, dirige o movimento, sem ele próprio participar nele, o que significa, segundo a expressão de Aristóteles, o «motor imóvel» (2).

Chamamos particularmente a atenção dos leitores para isto. O centro de que se trata é o ponto fixo, que todas as tradições são concordes em designar simbolicamente como o *Pólo*, visto que é em redor dele que se dá a rotação do Mundo, representado geralmente pela roda, tanto entre os Celtas,

(1) Noutro lugar, notámos a analogia que existe entre a concepção de *Chakravarti* e a ideia de Império em Dante, cujo tratado *De Monarchia* convém mencionar aqui.

(2) A tradição chinesa emprega, num sentido perfeitamente comparável, a expressão de «Invariável Melô». Deve notar-se que, segundo o simbolismo maçónico, os Mestres reúnem-se na «Câmara do Melô».

como entre os Caldeus e entre os Hindus. É este o verdadeiro significado da «swastika», esse sinal que está espalhado por toda a parte, do Extremo Oriente ao Extremo Ocidente ⁽¹⁾, e que é essencialmente o «sinal do pólo». Sem dúvida, é a primeira vez que se faz aqui, na Europa moderna, conhecer o seu verdadeiro sentido. Os sábios contemporâneos, de facto, têm tentado, mas inutilmente, explicar esse símbolo pelas teorias mais fantasiosas. Muitos deles, a maior parte, dominados por uma ideia fixa, quiseram ver nisso, como quase em toda a parte, um sinal exclusivamente «solar» ⁽²⁾, o que, se tem acontecido por vezes, não pode ser senão acidentalmente e de uma maneira indirecta.

(1) Esse mesmo sinal não foi estranho ao hermetismo cristão. Tivemos ocasião de ver, no antigo Mosteiro dos Carmelitas, de Loudun, símbolos bastante curiosos, que datavam provavelmente da segunda metade do século XV e nos quais a «swastika» ocupa, com o sinal  de que falaremos mais tarde, um dos lugares mais importantes. Nessa ocasião, pude observar que os Carmelitas, que vieram do Oriente, ligam a fundação da sua Ordem a Elias (um dos profetas judeus) e a Pitágoras (como a Maçonaria, por seu lado, se liga a Salomão e ao próprio Pitágoras; o que constitui uma semelhança notável); e que, por outro lado, alguns pretendem que eles tinham na Idade Média uma iniciação muito aproximada da dos Templários, bem como dos religiosos da Merce. E sabe-se que esta Ordem deu o seu nome a um grau da Maçonaria escocesa, de que já falámos numa outra obra nossa: «O Esoterismo de Dante».

(2) A mesma observação applica-se principalmente à roda, cujo significado acabamos de indicar.

Outros têm estado mais perto da verdade, vendo a «swastika» como o símbolo do movimento. Mas tal interpretação, sem ser falsa, é insuficiente, porque não se trata de um movimento qualquer, mas de um movimento de rotação, executado em volta de um centro ou de um eixo imutável. É esse ponto fixo, repetimos, o elemento principal a que se refere directamente o símbolo em questão ⁽¹⁾. Pelo que acabamos de dizer, já se pode compreender que o «Rei do Mundo» deve ter uma função essencialmente ordenadora e reguladora (e pode observar-se que não é sem razão que esta última palavra tem a mesma raíz de *rex* e *regere*) função essa que pode resumir-se numa palavra como aquela de «equilíbrio» ou de «*hatmonia*», o que corresponde em sânscrito ao termo *Dharma* ⁽²⁾ o que entendemos por isso é o reflexo, no mundo manifestado, da imutabilidade do Princípio Supremo. Pode-se compreender

(1) Citamos aqui a opinião ainda mais fantasiosa de que todas as cruzes que são da «swastika» o sequencia de um instrumento primitivo, destinada à produção do fogo. Se esse símbolo tem por vezes uma relação com o fogo, visto ser principalmente um emblema de fogo, é por outras razões.

(2) A raíz *Dā* exprime essencialmente a ideia de estabilidade. A forma *Dāra* tem o mesmo sentido, é a raíz de *Dāru*, o nome sânscrito do Pêlo. Alguns compararam-no ao nome grego do cavalleiro *daos*. Além disso, em sanscrita a palavra *da* quer significar, ao mesmo tempo, cavalleiro e força de *da* ou *da*. Entre os *Devatās* (cujo nome deve ler-se talvez *Devatā*, quando a força é substantiva) assim como em *Dadā*, o cavalleiro representa o *Rei do Mundo*, elemento do eixo, que é o do pólo.

também, pelas mesmas considerações, o motivo por que o «Rei do Mundo» tem por atributos fundamentais a «Justiça» e a «Paz», que não são mais do que as formas revestidas mais especialmente por esse «equilíbrio» e essa «harmonia» no *mundo do homem* (Mānava-Loka) (1). Este é ainda um ponto da maior importância. E independentemente do seu alcance geral, assinalamo-lo àqueles que se deixam levar por certos receios quiméricos, que o livro de Ossendowski contém, como um eco, nas suas últimas linhas.

cuja compreensão se
da por ideias precon-
lesignação de «Rei do
a de «Princeps Hujus
Evangelho. É sabido
mente errônea e des-

(1) Devemos lembrar aqui os textos bíblicos, nos quais a Justiça e a Paz se encontram estreitamente unidas: — «*Justitia et Pax osculatae sunt*» — (Salmos LXXXV, 11), «*Pax opus Justitiae*», etc.

N. do T. — Numa nota anterior (p. 22) o Amor referimo-nos a umas «cruzes nestorianas», encontradas no Turquânão, sem no entanto esclarecer que cruces são essas. Julgamos dever esclarecer que essas cruces eram usadas pelos sectários do «nestorianismo», a doutrina de Nestório, patriarca de Constantinopla, do século V, segundo o qual se devia distinguir em Cristo a natureza divina da natureza humana e que a Virgem não era a Mãe de Cristo, mas de Jesus.

III

A «SHEKINAH» E «METRATON»

Alguns espíritos tímidos, e cuja compreensão se encontra estranhamente limitada por ideias preconcebidas, assustaram-se com a designação de «Rei do Mundo», que aproximaram da de «Princeps Hujus mundi», de que se trata no Evangelho. É sabido que tal assimilação é completamente errônea e desprovida de fundamento. Para afastá-la, poderíamos limitar-nos a notar simplesmente que este título de «Rei do Mundo», em hebreu e em árabe, é aplicado vulgarmente ao próprio Deus ⁽¹⁾. No entanto, como pode haver aqui algumas observações interessantes, consideremos a este propósito as teorias da Cabala hebraica relativas aos «intermediários celestes», teo-

(1) Além disso, há uma grande diferença de sentido entre «o mundo» e «este mundo», a tal ponto que, em certas línguas, existem para os designar dois termos inteiramente distintos: assim, em árabe, «o mundo» é *el-âlam*, enquanto que «este mundo» é *el-dunyâ*.

rias que, por outro lado, têm uma relação directa com o tema principal do presente estudo.

Os «intermediários celestes», de que se trata aqui, são a «Shekinah» e «Metatron». E diremos em primeiro lugar que, no sentido mais geral, a «Shekinah» é a «presença real» da Divindade. Deve notar-se que as passagens da Escritura onde se faz muito especialmente menção disso, são sobretudo aquelas em que se trata da instituição de um centro espiritual: a construção do Tabernáculo, a edificação dos Templos de Salomão e de Zorobabel ⁽¹⁾. Tal centro, constituído em condições regularmente definidas, devia ser efectivamente o lugar da manifestação divina, sempre representada como «Luz»; e é curioso observar que a expressão «lugar mais iluminado e mais regular» que a Maçonaria tem conservado, parece ser uma recordação da antiga ciência sacerdotal, que presidia à construção dos templos e que, de resto, não era particular dos Judeus. Não temos de entrar no desenvolvimento da teoria das «influências espirituais» (preferimos esta expressão à palavra «bênçãos» para traduzir o hebreu *berakoth*, tanto mais que é este o sentido que tem conservado, bem claramente, em árabe a palavra

(1) Salomão, rei de Israel (973/930 a. C.), construiu o templo de Jerusalém e foi o autor de três livros do Antigo Testamento. Zorobabel, príncipe de Judá, da casa de David, que restabeleceu os Judeus no seu país, depois do édito de Ciro (século V a. C.) (N. do T.)

barakah). Mas mesmo cingindo-se a encarar as coisas, debaixo desse único ponto de vista, seria possível explicar a frase de Elias Levita, a que se refere Mr. Vulliaud, na sua obra «A Cabala Judaica»: — «Os mestres da Cabala têm grandes segredos acerca desse assunto».

A *Shekinah* apresenta-se sob múltiplos aspectos, dos quais dois são principais, um interno e outro externo; mas, por outro lado, existe na tradição cristã uma frase que designa tão claramente quanto possível estes dois aspectos: «Gloria in excelsis Deo» e «in terra Pax hominis bonæ voluntatis». As palavras *Gloria* e *Pax* referem-se respectivamente ao aspecto interno, em relação ao Principio, e ao aspecto externo, em relação ao mundo manifestado; e se considerarmos assim essas palavras, pode compreender-se imediatamente por que são proferidas pelos Anjos (*Malakin*) para comunicar o nascimento de «Deus connosco» ou «em nós» (*Emmanuel*). Pelo primeiro aspecto, poder-se-iam também recordar as teorias dos teólogos sobre a «luz de glória», na qual e pela qual se opera a visão beatifica (*in excelsis*); e, quanto ao segundo, reencontramos aqui a «Pax», à qual nos referimos há pouco e que, no seu sentido esotérico, é indicada em toda a parte como um dos atributos fundamentais dos centros espirituais estabelecidos no mundo (*in terra*). Por outro lado, o termo árabe *Sakinah*, que é idêntico evidentemente ao hebreu *Shekinah*.

traduz-se por «Grande Paz», que é o exacto equivalente da *Paz Profunda*, dos Rosas-Cruz. E por isto, poder-se-ia, sem dúvida, explicar o que aqueles entendem pelo «Templo do Espírito Santo», como também poderia interpretar-se, de uma maneira precisa, os inúmeros textos evangélicos, nos quais se fala da «Paz» (¹), tanto mais que a «tradição secreta relativa à *Shekinah* teria alguma relação com a luz do Messias». É sem intenção que Vulliaud, quando dá esta última indicação, diz que se trata da tradição «reservada àqueles que perseguem o caminho que vai dar ao *Pardes*», isto é — como veremos mais adiante — ao centro espiritual supremo? Isso sugere ainda outra observação análoga. Vulliaud fala, em seguida, de um «mistério relativo ao Jubileu», o que se liga num sentido, à ideia de *Paz*, e, a propósito, cita este texto do *Zohar* (III, 52 b): — «O rio que sai do Éden tem o nome de *Iobeb*», assim como o de Jeremias (XVII, 8) — «Ele estenderá as suas raízes na direcção do rio»; donde resulta que a «ideia central do Jubileu é a repetição de todas as coisas no seu estado primitivo». É bem claro que se trata do regresso ao «estado primordial», que todas as tradições consideram, e no qual tivemos ocasião de insistir no

(1) Por outro lado, está declarado explicitamente no próprio Evangelho que da que se trata não é, de forma alguma, da paz no sentido em que o mundo profano a entende. (S. João, XIV, 27).

nosso estudo «O Esoterismo de Dante». E quando acrescentamos que o «regresso de todas as coisas ao seu primeiro estado marcará a era messiânica», os que leram esse estudo poderão recordar o que nós dissemos acerca do «Paraíso terrestre» e da «Jerusalém celeste».

Por outro lado, para dizer a verdade, é sempre nas diversas fases da manifestação cíclica, o *Par-des*, o centro desse mundo, que o simbolismo tradicional de todos os povos compara ao coração, centro do ser humano e «residência divina» (*Brahma-pura*) na doutrina hindu, como o Tabernáculo é a imagem dele e que, por tal motivo, é denominado em hebreu *mishkam* ou «habitação de Deus», palavra cuja raiz é a mesma de *Shekinah*. Debaixo de outro ponto de vista, a *Shekinah* é a síntese dos *Sephiroth*. Ora, na árvore sefirótica, a «coluna da direita» é o lado da Misericórdia, e a «coluna da esquerda» é o lado da Severidade ⁽¹⁾. Temos também de reencontrar esses dois aspectos na *Shekinah* e podemos notar logo, para ligar isto ao que precede, que, pelo menos, em certa medida, a Austeridade se identifica com a Justiça e a Mise-

(1) Um simbolismo absolutamente comparável é expresso pela figura medieval da «árvore dos vivos e dos mortos», que tem, além disso, uma relação bem clara com a ideia da «posteridade espiritual». É preciso notar que a «árvore sefirótica» é também considerada como identificando-se com a «Árvore da Vida».

ricórdia com a Paz ('). «Se o homem peca e se afasta da *Shekinah*, cai sob o domínio dos poderes (Sârim) que dependem da Severidade», e então, a *Shekinah* é chamada a «Mão da Severidade», o que lembra o símbolo muito conhecido da «Mão da Justiça». Mas se, pelo contrário, o homem se aproxima da *Shekinah*, liberta-se» e a *Shekinah* é a «Mão direita de Deus», o que quer dizer que a «Mão da Justiça» se torna, então, a «mão que abençoa» (').

São estes os mistérios da «Casa da Justiça» (Beith-Din), que é mais outra designação do centro espiritual supremo ('). Deve notar-se que os

(1) Segundo o Talmudé, Deus tem dois aspectos, o da Justiça e o da Misericórdia. Esses dois aspectos correspondem igualmente ao «Trono» e à «Cadeira» da tradição islâmica. Esta divide, por sua vez, os nomes divinos *epitaph*, isto é, «aqueles que exprimem os atributos propriamente ditos de Allah, em «nomes de majestades» (*yeidiphah*) e «nomes de beleza» (*jamáliphah*) o que corresponde ainda a uma diferença da mesma ordem.

(2) Segundo Santo Agostinho e outros Padres da Igreja, a mão direita representa, do mesmo modo, a Misericórdia ou a Bondade, enquanto a mão esquerda, sobriedade de Deus, é o símbolo da Justiça. A «mão da Justiça» é um dos vulgares atributos da realeza; a «mão abençoadora» é um sinal de autoridade sacerdotal e é usada, por vezes, como símbolo de Cristo. Esta figura da «mão abençoadora» encontra-se em certas moedas gauloas do mesmo modo que por vezes a «cavastillo» de basco curvada.

(3) Este centro, ou um qualquer daqueles que são comparados à sua imagem, pode ser descrito simbolicamente, ao mesmo tempo, como um templo (aspecto sacerdotal, correspondente à Paz) e como um palácio ou um tribunal (aspecto real, correspondente à Justiça).

dois lados que acabamos de considerar são aqueles em que se dividem os Eleitos e os Condenados às penas eternas, nas representações do «Dia do juízo final». Poderia estabelecer-se igualmente uma aproximação com os dois caminhos que os pitagóricos figuravam pela letra Y e que representava, sob uma forma esotérica, o mito de Hércules entre a Virtude e o Vício; com as duas portas, celeste e infernal, que nos Latinos estavam associadas ao símbolo de Janus; com as duas fases cíclicas ascendentes e descendentes ⁽¹⁾ que, entre os Hindus, se ligam do mesmo modo ao simbolismo de Ganêsha ⁽²⁾.

Finalmente, é fácil compreender por isso o que querem dizer, na verdade, expressões como as de «intenção recta», que encontraremos mais adiante, e de «boa vontade» (*Pax hominibus bonæ voluntatis*, e aqueles que têm alguns conhecimentos dos diversos símbolos a que acabamos de fazer referência, poderão ver que é com razão que a Festa do Natal coincide com o solstício do Inverno), quando se tem o cuidado de pôr de parte todas as interpre-

(1) Trata-se das duas metades do ciclo zodiacal, que se encontra frequentemente representado no portal das Igrejas da Idade Média, como uma disposição que lhe dá evidentemente o mesmo significado.

(2) Todos os símbolos que citamos aqui exigiriam ser explicados demoradamente. Talvez façamos isso, um dia, em outro estudo.

tações exteriores, morais ou filosóficas, às quais deram lugar desde os estóicos até Kant.

«A Cabala dá à *Shekinah* um *paródre* que apresenta nomes idênticos aos seus, que possui por consequência os mesmos caracteres»⁽¹⁾ e que tem naturalmente tantos aspectos diferentes como a própria *Shekinah*. O seu nome é *Metatron*, e este nome é numericamente equivalente ao de *Shaddai* ⁽²⁾, o «Todo-Poderoso» (que se diz ser o nome do Deus de Abraão).

A etimologia da palavra *Metatron* é muito incerta. Entre as várias hipóteses que têm sido postas a esse respeito uma das mais interessantes é a que a faz derivar do caldaico *Mitra*, que significa «chuva» e que tem também, pela sua raiz, certa relação com a «luz». Sendo assim não é de crer que a semelhança com o *Mitra* hindu e zoroástrico constitua uma razão suficiente para admitir que há aí um empréstimo do Judaísmo a doutrinas estrangeiras, porque não é dessa maneira exterior que convém considerar as relações que existem entre as diferentes tradições; e diremos outro tanto do que respeita ao papel atribuído à chuva em quase todas as tradições, enquanto símbolo da descida das «influências espirituais» do Céu sobre a Terra.

(1) *La Kabbale Juive*, t. I, pp. 497-498.

(2) O número de cada um destes dois nomes, obtido pela soma dos valores das letras hebraicas, de que é formado, é 314.

A propósito, assinalemos que a doutrina hebraica fala de um «orvalho de luz» emanado da «Árvore da Vida» pelo qual se deve operar a ressurreição dos mortos, bem como de uma «efusão de orvalho», que representa a influência celeste a comunicar-se a todos os mundos, o que lembra singularmente o simbolismo alquímico e rosacruciano.

«O vocábulo *Metatron* comporta todas as accepções de guarda, de Senhor, de enviado, de mediador»; é o «autor das teofanias no mundo sensível»; é «o Anjo da Face» e também «o Príncipe do Mundo» (*Sâr ha-ôlam*) e, por esta última designação, vê-se que não nos afastámos nada do nosso tema. Para empregar o simbolismo tradicional que já explicámos anteriormente, diremos que, como o chefe da hierarquia iniciática, é o «Pólo terrestre», *Metatron* é o «Pólo celeste». E este reflecte-se naquele, com o qual está em relação directa, seguindo o «Eixo do Mundo».

«O seu nome é *Mikael*, o Grande Sacerdote, que é holocausto e oferta a Deus». E tudo o que os Israelitas fazem na Terra é consumado, conforme os modelos do que se passa no mundo celeste.

O Grande Pontífice neste mundo simboliza *Mikael*, príncipe da Clemência. Em todas as passagens onde a Escritura fala da aparição de *Mikael*, trata-se da glória da *Shekinah*. O que se diz aqui dos Israelitas pode ser dito igualmente de todos os povos que possuem uma tradição verdadeiramente orto-

doxa; e com mais forte razão, deve dizer-se dos representantes da tradição primordial, da qual todas as outras derivam e à qual todas estão subordinadas. E isto está em relação com o simbolismo da «Terra Santa», imagem do mundo celeste a que já fizemos referência. Por outro lado, conforme dissemos mais atrás, *Metatron* não tem apenas o aspecto da Clemência, tem também o da Justiça. Não é somente o «Grande Sacerdote» (*Koen ha-gadol*), mas igualmente o «Grande Príncipe» (*Sâr ha-gadol*) e o «chefe das milícias celestes», quer dizer, que está nele o princípio do poder real, bem como o do poder sacerdotal ou pontifical, a que corresponde propriamente a função de «mediador».

Além disso, é preciso notar que *Melek*, «rei» e *Maleak* «anjo», ou «enviado» não são na realidade senão duas formas de uma mesma palavra; para mais, *Malaki*, «meu enviado» (isto é, o enviado de Deus, ou «o anjo no qual é Deus» (*Maleak ha-Elohim*) é o anagrama de *Mikael* ⁽¹⁾.

(1) Esta última observação recorda naturalmente estas palavras: «*Benedictus qui venit in nomine Domini*». São aplicadas ao Cristo que o *Pasteur d'Hermas* assemelha precisamente a *Mikael*, de uma maneira que pode parecer bastante estranha, mas que não deve espantar aqueles que compreendem a relação que existe entre o Messias e a *Säckhaush*. O Cristo é também designado por «Príncipe da Paz» e é, ao mesmo tempo, o «Juiz dos vivos e dos mortos».

Convém acrescentar que, se *Mikael* se identifica com *Metatron* como acaba de ver-se, no entanto, ele não representa senão um aspecto; ao lado da face luminosa, há uma face obscura; e esta é representada por *Samael*, que é também chamado *Sâr haôlam*. Aqui voltamos ao ponto de partida.

Com efeito, é este último aspecto e aquele unicamente que é o «gênio deste mundo», num sentido inferior, o «*Princeps hujus mundi*», de que fala o Evangelho», e as suas relações com *Metatron*, do qual é como que a sombra, justificam o emprego de uma mesma designação, num sentido duplo, ao mesmo tempo que fazem compreender por que o número apocalíptico 666, o «número da Besta», é também um número solar ⁽¹⁾. Apesar disso, segundo St.^o Hipólito, «o Messias e o Anticristo têm ambos por emblema o leão», que também é um símbolo solar; e a mesma observação pôdia ser feita para a serpente ⁽²⁾ e para muitos outros símbolos. Sob o ponto de vista cabalístico, é ainda das duas faces opostas do *Metatron* que se trata aqui. Não temos de alongar-nos acerca das teorias que alguém pode-

(1) Este número é formado especialmente pelo nome de *Sorath*, demónio do Sol e, como tal, oposto ao anjo *Mikael*. Veremos mais adiante outra significação.

(2) Os dois aspectos opostos são figurados principalmente pelas duas serpentes do caduceu. Na iconografia cristã, estão reunidos na anfíbena, a serpente de duas cabeças, uma das quais representa o Cristo e a outra Satã.

ria formular de uma maneira geral sobre esse duplo sentido dos símbolos, mas diremos apenas que a confusão entre o aspecto luminoso e o aspecto tenebroso constitui propriamente o «satanismo». E é precisamente essa confusão que cometem involuntariamente, sem dúvida, e por simples ignorância (o que é uma desculpa, mas nunca uma justificação), aqueles que julgam descobrir uma significação infernal na designação do «Rei do Mundo» (1).

(1) Assinalamos também que o «Globo do Mundo», insígnia do poder imperial ou monarquia universal, se encontra frequentemente colocado na mão de Cristo, o que demonstra por outro lado que é o emblema, tanto da autoridade espiritual como do poder temporal.

IV

AS TRÊS FUNÇÕES SUPREMAS

Na opinião de Saint-Yves, o chefe supremo da Agarttha tem o título de *Brahmá* (seria mais correcto escrever *Brahmátmá*) «protecção das almas no Espírito de Deus»; os seus dois assessores são o *Mahátmá*, «representando a Alma Universal» e o *Maháya*, «símbolo de toda a organização material do Cosmos»⁽¹⁾; é esta a divisão hierárquica que as doutrinas ocidentais apresentam pelo ternário «espírito, alma e corpo» e que aqui é aplicado segundo a analogia construtiva do Macrocosmos e do Microcosmos. Importa notar que esses vocábulos, em sânscrito, designam propriamente princípios e que eles não podem ser aplicados a seres humanos, senão na medida em que estes representam esses mesmos princípios de modo que mesmo

(1) Cassenovecki escreve *Brahmáma*, *Mahátmá* e *Maháya*.

nesse caso, estão ligados essencialmente a funções e não a individualidades.

Segundo Ossendowski, o *Mahâtmâ* «conhece os acontecimentos do futuro» e o *Mahānga* «dirige as causas desses acontecimentos». Quanto ao *Brâhâmâ*, pode «falar com Deus, face a face»⁽¹⁾. É fácil compreender o que isso quer dizer, se se recordar que ele ocupa o ponto central, onde se estabelece a comunicação directa do mundo terrestre com os estados superiores e, através destes, com o Princípio Supremo⁽²⁾.

Além disso, a expressão de «Rei do Mundo», se se quiser entendê-la num sentido restrito e unicamente em relação ao mundo terrestre, seria muito inadequada. Seria mais exacto, sobre determinados aspectos, aplicar ao *Brahâtmâ* a de «Chefe dos Três Mundos»⁽³⁾, porque em toda a hierarquia verdadeira aquele que possui o grau superior, possui ao mesmo tempo, e por isso mesmo, todos os graus subordinados a esses «três mundos» (que constituem o *Tribhuvana* da tradição hindu) são, como explicaremos mais tarde, os domínios que correspondem

(1) Já vimos que Metraton é o «Anjo da Face».

(2) Segundo a tradição extremo-oriental, o «Invariável Meio» é o ponto no qual se manifesta a «Actividade do Céu».

(3) Aqueles que se assembrariam com tal expressão, poderíamos perguntar se nunca reflectiram no que significa o *triragnum*, a tiara de três coroadas que é, como as chaves, uma das principais insígnias do Papado.

respectivamente às três funções que enumeraremos daqui a pouco.

«Quando sai do templo — diz Ossendowski — o Rei do Mundo resplandece de Luz Divina». A Bíblia hebraica diz a mesma coisa de Moisés, quando descia do Sinai (¹), e é de notar que é por motivo dessa comparação, que a tradição islâmica vê Moisés como sendo o «Pólo» (*El-Qutb*) da sua época. Não seria por essa razão, aliás, que a Cabala diz que ele foi instruído pelo próprio *Metatron*? Ainda conviria distinguir aqui o principal centro espiritual do nosso mundo e os centros secundários que podem estar subordinados a ele e o representam, unicamente em relação às tradições particulares, adaptadas mais especialmente a determinados povos.

Sem nos alongarmos sobre este ponto, faremos notar que a função de «legislador» (*raṣūl*, em árabe), que é a de Moisés, supõe necessariamente uma delegação do poder que o nome de *Manu* designa; e, por outro lado, um dos significados con-

(¹) Diz-se também que Moisés devia cobrir, então, o rosto com um véu, a fim de falar ao povo, que não podia suportar o brilho dele (Êxodo, XXIV, 29, 35). No sentido simbólico, isto indica a necessidade de uma adaptação exteriór para a multidão. Recordemos, a propósito, a dupla significação da palavra *revelar*, que pode significar «afastar o véu», mas também «recobrir com um véu». É assim que a palavra manifesta e dissimula, ao mesmo tempo, o pensamento que exprime.

tidos no nome de *Manu* indica precisamente a reflexão da Luz Divina.



«O Rei do Mundo — disse um lama a Ossendowski — está em conformidade com os pensamentos de todos aqueles que dirigem o destino da humanidade... Ele conhece as suas intenções e as suas ideias. Se estas agradam a Deus, o Rei do Mundo favorecerê-los-á com o seu auxílio invisível; se desagradam a Deus, o Rei provocará o seu desaire. Esse poder foi dado a *Aghartti* pela ciência misteriosa de *Om*, palavra pela qual começamos todas as nossas preces». Logo a seguir vem esta frase que, para todos os que têm apenas uma vaga ideia do significado do monossilabo sagrado *Om*, deve ser motivo de admiração: — «*Om* é o nome de um antigo santo, o primeiro dos *Goros* (Ossendowski escreve *goro* por *guru*) que viveu há trezentos mil anos». Esta frase, com efeito, é absolutamente ininteligível se não se pensar nisto: a época de que se trata, e que nos parece aliás indicada de uma maneira muito vaga, é muito anterior à era do presente *Manu*. Por outro lado, o *Adi-Manu* ou primeiro *Manu* do nosso *Kalpa* (sendo *Vaiwaswata* o sétimo), é chamado *Swāyambhūva*, quer dizer, descendente de *Swayambhū*, «Aquele que subsiste por si mesmo» ou o *Logos* eterno. Ora, o *Logos*, ou aquele que o representa directamente, pode ser, na verdade, designado como o primeiro

dos *Gurus* ou «Senhores espirituais»; e, efectivamente, *Om* é, na realidade, um nome do *Logos* (1).

Por outro lado, a palavra *Om* dá imediatamente a chave da distribuição hierárquica das funções entre o *Brahâtmâ* e os seus dois assessores, tal como já indicámos.

Com efeito, segundo a tradição hindu, os três elementos desse monossílabo sagrado simbolizam respectivamente os «três mundos», aos quais já

(1) Este nome encontra-se mesmo, de uma maneira bastante surpreendente, no antigo simbolismo cristão, no qual, entre os sinais que serviram para representar o Cristo, se encontra um que foi considerado mais tarde como uma abreviatura de *Ave Maria*, mas que primitivamente foi um equivalente daquele que reúne as duas letras extremas do alfabeto grego, *alfa* e *ômega*, para significar que o Verbo é o princípio e o fim de todas as coisas. Mas, na realidade, é mesmo mais completo, porque significa o princípio, o meio e o fim.

Este sinal  decompõe-se com efeito em A V M, isto é as três letras latinas que correspondem exactamente aos três elementos constitutivos do monossílabo *Om* (a vogal *Ô*, em sânscrito, formado pela união do *a* e do *u*). A comparação deste sinal *Aum* e da *swastika*, tomados um e outro como símbolos de Cristo, parece-nos particularmente significativa, do ponto de vista onde nos colocamos. Por outro lado, é preciso notar ainda que a forma do mesmo sinal apresenta dois ternários, dispostos em sentido inverso um do outro, o que faz dele, em certa medida, um equivalente do exeto de Salomão: se considerarmos este sob a forma  em que o traçado horizontal médio precisa a significação geral do símbolo, marcando o plano de reflexão ou «superfície das Águas», vê-se que as duas figuras têm o mesmo número de linhas e não diferem, em conclusão, senão pela disposição de duas destas que, horizontais numa, se tornam verticais na outra.

fazemos referência, os três termos do *Tribhuvana*: a Terra (*Bhū*), a Atmosfera (*Bhuvā*), o Céu (*Svar*). isto é, por outras palavras, o mundo da manifestação corporal, o mundo da manifestação subtil ou psicológica e o mundo principal não manifestado (1):

São estes, partindo de baixo para cima, os domínios próprios do *Mahānga*, do *Mahātmā* e do *Brahmā*, como se pode ver facilmente, reportando-se à interpretação dos seus títulos que já foi dada anteriormente; e são as relações de subordinação existente entre os diferentes domínios que justificam, para o *Brahmā*, a designação de «Senhor dos três mundos» que empregámos precedentemente (2): «Este é o Senhor de todas as coisas, o Omnisciente (que vê imediatamente todos os efeitos na sua causa), o ordenador interno (que reside

(1) Para mais amplos desenvolvimentos desta concepção dos «três mundos», vermos obrigados a citar as nossas anteriores obras: o *Realismo de Dantes* e «O Homem e o seu dever segundo o Vedānta». Na primeira lastimamos sobretudo na correspondência desses mundos, que são propriamente os estados do ser, com os graus da iniciação. Na segunda, demos especialmente a explicação completa, do ponto de vista meramente metafísico, do texto do *Māṇḍūkya Upaniṣad*, no qual é exposto inteiramente o simbolismo de que se trata aqui. O que temos presentemente em vista é uma aplicação particular.

(2) Na ordem das principais universalis, a função do *Brahmā* refere-se a *Ishvara*, a do *Mahātmā* a *Hiranyagarbha* e a do *Mahānga* a *Vishṇu*; as suas atribuições respectivas poderiam deduzir-se facilmente dessa correspondência.

no centro do mundo e o rege de dentro, dirigindo o seu movimento sem participar nele), a causa (de todo o poder legítimo), a origem e o fim de todos os seres (da manifestação cíclica, cuja Lei ele representa)». Para nos servirmos ainda de outro simbolismo, não menos rigorosamente exacto, diremos que o *Mahānga* representa a base do triângulo melático e o *Brahātmā* o seu vértice; entre os dois, o *Mahātmā* encarna de alguma maneira um princípio mediador (a vitalidade cósmica, o *Anima Mundi* dos hermetistas), cuja acção se estende no «espaço intermediário»; e tudo isto é figurado muito claramente pelos caracteres correspondentes do alfabeto sagrado a que Saint-Yves chama *vattan* e Ossendowski, *vatannan*, ou, o que vem a dar no mesmo, pelas formas geométricas (linha direita, espiral e ponto) às quais se ligam essencialmente os três *mātrās* ou elementos constitutivos do monossílabo *Om*.

Expliquemo-nos mais claramente ainda: ao *Brahātmā* pertence a plenitude dos dois poderes sacerdotal e real, encarados principalmente e de alguma maneira no estado indiferenciado; esses dois poderes, distinguindo-se em seguida para se manifestarem, o *Mahātmā* representa mais especialmente o poder sacerdotal e o *Mahānga*, o poder real. Essa distinção corresponde à dos *Brāhmanas* e dos *Kshatriyas*; mas estando por outro lado «acima das castas», o *Mahātmā* e o *Mahānga* têm eles pró-

prios, tão bem como o *Brahâtmâ*, um carácter ao mesmo tempo sacerdotal e real. A esse propósito, teremos de precisar um ponto que parece nunca ter sido explicado de uma maneira satisfatória e que, no entanto, é muito importante: anteriormente, fizemos alusão aos «Reis Magos» do Evangelho como unindo neles os dois poderes; diremos agora que esses personagens misteriosos não representam, na realidade, nada mais do que os três chefes de *Agartha* (1).

O *Mahānga* oferece ao Cristo o ouro e saúda-o como «Rei»; o *Mahâtmâ* oferece-lhe a mirra (o bálsamo da incorruptibilidade, imagem da *Amritâ*) (2) e saúda-o como «Profeta» ou Mestre espiritual, por excelência. A homenagem prestada assim ao Cristo nascente, nos três mundos, que são os seus

(1) Saint-Yves diz, na verdade, que os três «Reis Magos» vieram de *Agartha*, mas sem dar qualquer precisão a esse respeito. Os nomes que lhes são atribuídos geralmente, são sem dúvida fantasistas, excepto, no entanto, o de *Melchior*, em hebreu «Rei da Luz», que é bastante significativo.

(2) A *Amritâ* dos Hindus ou a *Ambrosia* dos Gregos (duas palavras etimologicamente idênticas) bebida ou alimento da imortalidade, era também figurada, pelo *Soma* dos Vedas ou o *Booni* dos Mazdeus. — As árvores de caudex ou resinas incorruptíveis representam um papel importante no simbolismo. Em particular, foram tomadas por vezes como emblemas de Cristo. (N. do A.)

Mazdeus, prosélitos do Mazdeísmo, a religião dos antigos iranianos, que admite dois princípios: um bom, Ormuzd, e o outro mau, Ahriman, o que pode comparar-se com o Deus e o Diabo da religião cristã. (N. do T.)

domínios respectivos, pelos autênticos representantes da tradição primordial é, ao mesmo tempo, como se nota, a prova da perfeita ortodoxia do Cristianismo, a respeito desta.

Naturalmente, Ossendowski não podia encarar de modo algum considerações desta ordem; mas, se tivesse compreendido certas coisas mais profundamente, como não fez, teria podido notar, pelo menos, a rigorosa analogia existente entre o ternário supremo de *Agartha* e o do Lamaísmo, tal como o indica: o *Dalai Lama* «realizando a santidade (ou a pura espiritualidade) de Buddha», o *Tashi Lama*, «realizando a sua ciência» (não «mágica» como parece crer, mas antes «teúrgica») e o *Bogdo-Khan*, «representando a sua força material e guerreira»; é exactamente a mesma distribuição segundo os «três mundos». Ele teria mesmo podido fazer essa observação, tanto mais facilmente quanto lhe tinham indicado que «a capital de *Agharti* recorda *Lhassa* onde o palácio do *Dalai-Lama*, o *Potala*, se encontra no cume de uma montanha coberta de templos e de mosteiros». Esta maneira de exprimir as coisas é, aliás, errônea na medida, em que confunde as relações, pois que, na realidade, é da imagem, que se pode dizer, que ela recorda o seu protótipo e não o contrário. Ora o centro do Lamaísmo não pode ser senão uma imagem do verdadeiro «Centro do Mundo»; mas todos os centros dessa ordem apresentam, quanto aos lugares onde estão estabeleci-

dos, certas particularidades topográficas comuns, porque essas particularidades, bem longe de serem indiferentes, têm um valor simbólico incontestável e, além disso, devem estar em relação com as leis, segundo as quais actuam as «influências espirituais»: esta é uma questão que directamente deriva da ciência tradicional, à qual se pôde dar o nome de «geografia sagrada».

Há ainda outra concordância não menos notável: Saint-Yves, ao descrever os diversos graus ou círculos da hierarquia iniciática, que estão em relação com certos números simbólicos, referindo-se principalmente às divisões do tempo, acaba por dizer que o «circulo mais elevado e o mais próximo do centro misterioso se compõe de doze membros, que representam a iniciação suprema e correspondem, entre outras coisas, à zona zodiacal».

Ora essa constituição encontra-se reproduzida no que se chama o «Conselho circular» do *Dalai-Lama*, formado pelos doze grandes *Namshans* (ou *Nomshans*); e encontra-se também, inclusivamente, em certas tradições ocidentais, nomeadamente as que dizem respeito aos «Cavaleiros da Távola Redonda». Diremos ainda que os doze membros do circulo interior de *Agartha*, do ponto de vista da ordem cósmica, não representam simplesmente os doze signos do Zodíaco, mas também (seríamos tentados a dizer antes, embora as duas interpretações não se excluam) os doze *Adityas*, que são

outras tantas formas do Sol, em relação com os mesmos signos zodiacais (1); e naturalmente, como *Manu Vaivaswata* é chamado «filho do Sol», o «Rei do Mundo» tem também o Sol entre os seus emblemas (2).

A primeira conclusão que se tira de tudo isto é que há na verdade estreitas ligações entre as descrições que, em todos os países, se referem aos centros espirituais mais ou menos ocultos, ou pelo

(1) Diz-se que os *Adityas* (descendentes de Aditi ou o «indivisível») foram primeiro sete, antes de serem doze, e que o seu chefe era então *Varuna*. Os doze *Adityas* são: *Dhatri*, *Mitra*, *Arjuman*, *Rudra*, *Varuna*, *Sârya*, *Bhaga*, *Vivasvat*, *Pûshan*, *Savîtri*, *Tvashtri* e *Vishnu*. São igualmente manifestações de uma essência única e indivisível. E diz-se também que esses doze Sols aparecerão simultaneamente no fim do ciclo, reentrando então na unidade essencial e primordial da sua natureza comum. — Entre os Gregos, os doze grandes Deuses do Olimpo estão também em correspondência com os doze signos do Zodíaco.

(2) O símbolo ao qual fazemos alusão, é exactamente o que a liturgia católica atribui ao Cristo, quando lhe aplica o título de *Sol Justitiae*; o Verbo é efectivamente o «Sol espiritual», isto é, o verdadeiro «Centro do Mundo»; e, além disso, esta expressão de *Sol Justitiae* refere-se directamente aos atributos de *Mefi-Tsedeq*. É também de notar que o leão, animal solar, é, na Antiguidade e na Idade Média, um emblema da justiça e, ao mesmo tempo, do poder; o signo do Leão é, no Zodíaco, o dom-cílio próprio do Sol. — O Sol de doze raios pode ser considerado como representando os doze *Adityas*; sob outro ponto de vista, se o Sol representa o Cristo, os doze raios são os doze Apóstolos (a palavra *apóstolo* significa «enviados» e os raios são também «enviados» pelo Sol). Por outro lado, pode-se ver no número dos doze Apóstolos uma marca, entre muitas outras, da perfeita conformidade do Cristianismo com a tradição primordial.

O REI DO MUNDO

menos dificilmente acessíveis. A única explicação plausível que pode ser dada a esse respeito é que, se as descrições se referem a centros diferentes, como parece em certos casos, estes não são, por assim dizer, senão emanações de um centro único e supremo, do mesmo modo que todas as tradições particulares não são, em suma, senão adaptações da grande tradição primordial.

V

O SIMBOLISMO DO GRAAL

Já fizemos alusão aos «Cavaleiros da Távola Redonda». Não será fora de propósito indicar aqui o que significa a «demanda do Graal» que, nas lendas de origem celta, é apresentada como a sua função principal. Em todas as tradições faz-se deste modo alusão a alguma coisa que, a partir de certa época, tem sido perdida ou oculta: é, por exemplo, o *Soma* dos Hindus, ou o *Haoma* dos Persas, a «bebida da imortalidade», que tem precisamente uma relação muito directa com o *Graal*, visto que este é, dir-se, o vaso sagrado que contém o sangue de Cristo, o qual é também igualmente a «bebida da imortalidade». Aliás, o simbolismo é diferente: assim, entre os Judeus, o que está perdido é a pronúncia do grande Nome Divino (¹); mas a ideia

(1) Lembremos também, a este respeito, a «Palavra perdida da Maçonaria» que simboliza igualmente os segredos da

fundamental é sempre a mesma, e veremos mais adiante ao que ela corresponde exactamente.

O Santo Graal é, diz-se, o vaso que serviu na Ceia, e no qual José de Arimateia recolheu, em seguida, o sangue e a água que corriam do ferimento aberto no flanco de Cristo pela lança do centurião Longin ⁽¹⁾. Esse vaso, segundo a lenda, teria sido levado para a Grã-Bretanha por José de Arimateia e por Nicodemos ⁽²⁾. É preciso ver aqui o início de uma ligação estabelecida entre a tradição celta e o Cristianismo. Com efeito, o vaso representa um papel muito importante na maior parte das tradições antigas e, sem dúvida, é também assim, principalmente, entre os Celtas. É mesmo de notar que ele está frequentemente associado à lança, sendo então esses dois símbolos, de algum modo, complementares um do outro. Mas

verdadeira iniciação; a «procura da Palavra perdida», não é, pois, senão outra forma da «demanda do Graal». Isto justifica a relação assinalada pelo historiador Henri Martin entre a «Massada» do Saint-Graal e a Maçonaria; é as explicações que damos aqui permitirão compreender o que dizemos, a tal propósito, da ligação muito estreita que existe entre o próprio simbolismo do Graal e o «centro comum» de todas as organizações iniciáticas.

(1) Este nome de Longin está aparentado com o próprio nome da lança, em grego *Logkê* (que se pronuncia *lonkê*); o latim *lanx* tem, aliás, a mesma raiz.

(2) Estes dois personagens representam aqui, respectivamente, o poder real e o poder sacerdotal, o que corresponde a Artur e a Merlin, na instituição da «Távola Redonda».

isso levar-nos-ia muito longe, afastando-nos do nosso tema ⁽¹⁾.

O que mostra, talvez, mais claramente a significação essencial do Graal é o que se diz acerca da sua origem: esse vaso teria sido talhado pelos Anjos numa esmeralda caída da fronte de Lucifer, quando da sua queda ⁽²⁾. Essa esmeralda recorda, de uma maneira muito surpreendente, a urnâ, a pérola frontal que, no simbolismo hindu (donde passou para o Budismo) ocupa muitas vezes o lugar do terceiro olho de *Shiva*, representando o que se pode chamar o «sentido da eternidade», como já explicámos numa outra obra *«O Homem e o seu dever, segundo o Vêdânta»*. Além disso, diz-se que o Graal foi confiado a Adão no Paraíso terrestre, mas que, quando da sua queda, Adão o perdeu por sua vez, porque não pôde levá-lo quando foi expulso do Éden. Com a significação que acabamos de dar, isso torna-se bastante claro. Com efeito, o homem, afastado do seu centro original, encontrava-se,

(1) Diremos somente que o simbolismo da lança está, muitas vezes, em relação com o «Eixo do Mundo»; a esse respeito, o sangue que escorre da lança tem a mesma significação que o orvalho que dimana da «Árvore da Vida». Sabe-se, aliás, que todas as tradições são unânimes em afirmar que o princípio vital está intimamente ligado ao sangue.

(2) Alguns dizem uma esmeralda caída da cara de Lucifer, mas há aí uma confusão que provém de Lucifer, antes da sua queda, ser o «Anjo da Coroa» (isto é, de *Kether*, a primeira *Sephirah*), em hebreu *Hakathriel*, nome que tem por número 666.

desde então, encerrado na esfera temporal. E já não podia regressar ao ponto único, donde todas as coisas são contempladas sob o aspecto da eternidade. Por outras palavras, a posse do «sentido da eternidade» está ligada ao que todas as tradições denominam, como dissemos anteriormente, o «estado primitivo», cuja restauração constitui o primeiro período da verdadeira iniciação, sendo a condição preliminar da conquista efectiva dos estados «supra-humanos». Além disso, o Paraíso terrestre representa propriamente o «Centro do Mundo»; e o que diremos mais adiante, acerca do sentido original da palavra *Paraíso*, poderá fazê-lo compreender ainda melhor.

O que se segue pode parecer mais enigmático: Seth conseguiu entrar no Paraíso terrestre e pôde assim recuperar o precioso vaso. Ora o nome de *Seth* exprime as ideias de fundamento e de estabilidade e, por consequência, indica por assim dizer a restauração da ordem primordial destruída pela queda do homem. Deve-se compreender, pois, que Seth e aqueles que depois dele possuíram o Graal, puderam por isso mesmo estabelecer um centro espiritual destinado a substituir o Paraíso perdido, e que era como uma imagem deste. E então essa posse do Graal representa a conservação integral da tradição primordial num centro espiritual semelhante. Aliás, a lenda não diz onde nem por quem

o Graal foi conservado até à época de Cristo. Mas a origem celta que se lhe reconhece deve, sem dúvida, deixar perceber que os Druidas tiveram uma parte nisso e devem ser contados entre os conservadores regulares da tradição primordial.

A perda do Graal, ou de algum dos seus equivalentes simbólicos, é em suma a perda da tradição com tudo o que esta comporta. De resto, para dizer a verdade, esta tradição está mais oculta do que perdida, ou pelo menos não pode estar perdida senão para certos centros secundários, logo que estes deixam de estar em relação directa com o centro supremo. Quanto a este último, guarda sempre intacto o depósito da tradição e não é afectado pelas mudanças que surgem inesperadamente no mundo exterior. Foi assim que, segundo diversos Padres da Igreja e, principalmente, Santo Agostinho, o dilúvio não pôde atingir o Paraíso terrestre que é a «habitação de Henoch e a Terra dos Santos» ⁽¹⁾ e cujo cume «toca a esfera lunar», isto é, encontra-se acima do domínio da mudança (identificado ao «mundo sublunar») no ponto de comu-

(1) «E Henoch marcha com Deus e já não aparece (no mundo visível ou exterior) porque Deus o tomou» (Génesis, V, 24). Teria sido então transportado para o Paraíso terrestre. É o que pensam também certos teólogos, como Tostat e Cajetan — Acerca da «Terra dos Santos» ou «Terra dos Viventes», ver o que se diz mais adiante.

O REI DO MUNDO

nicação da Terra e dos Céus (1). Mas, do mesmo modo que o Paraíso terrestre se torna inacessível, o centro supremo, que no fundo é a mesma coisa, pode, no decorrer de certo período, não ser manifestado exteriormente e, então, pode-se dizer que a tradição está perdida para o conjunto da humanidade, porque ela não está conservada senão em certos centros rigorosamente fechados e a massa dos homens já não participa nela de uma maneira consciente e efectiva, contrariamente ao que acontecia no estado original (2). Tal é precisamente a condição da época actual, cujo principio remonta muito além do que é acessível à história ordinária e «profana». A perda da tradição pode, pois, segundo os casos, ser entendida no sentido geral ou efectivamente ser devida ao obscurecimento do centro espiritual que regia, mais ou menos invisivelmente, os destinos de um povo particular ou de determinada civilização. É preciso, pois, de cada vez que se encontra um simbolismo que se refere-

(1) Isto está conforme ao simbolismo empregado por Dante, situando o Paraíso terrestre no cume da montanha do Purgatório, que se identifica na obra dele à «montanha polar» de todas as tradições.

(2) A tradição hindu explica que na origem só havia uma casta, que era chamada *Hamãr*. Isso significa que todos os homens possuíam então normalmente e espontaneamente o grau espiritual que é designado por esse nome e que está acima da distinção das quatro castas actuais.

a isso, examinar se deve ser interpretado num ou noutro sentido.

Depois do que acabamos de dizer, o Graal representa ao mesmo tempo duas coisas que são estreitamente solidárias uma com a outra: aquele que possui integralmente a «tradição primordial», que chegou ao grau de conhecimento efectivo que implica essencialmente essa posse, está com efeito, por isso mesmo, reintegrado na plenitude do «estado primordial». A essas duas coisas, «estado primordial» e «tradição primordial», refere-se o duplo sentido que é inerente à própria palavra Graal, porque, por uma dessas assimilações verbais que representam muitas vezes no simbolismo um papel não negligenciável e que têm, aliás, razões muito mais profundas do que, à primeira vista se imaginaria, o Graal é ao mesmo tempo um vaso (*grasale*) e um livro (*gradale* ou *graduale*); este último aspecto designa manifestamente a tradição, enquanto que o outro diz respeito mais directamente ao próprio estado ⁽¹⁾. Não temos a intenção de entrar aqui nos pormenores secundários da lenda do Santo Graal, se bem que todos tenham também um valor simbólico, nem

(1) Em certas versões da lenda do Santo Graal, os dois sentidos encontram-se estreitamente ligados, porque o livro torna-se então uma inscrição trazida pelo Cristo ou por um Anjo sobre o próprio vaso. Haveria aqui comparações fáceis de fazer, com o «Livro da Vida» e com certos elementos do simbolismo apocalíptico.

de seguir a história dos «Cavaleiros da Távola Redonda» e das suas proezas. Lembremos apenas que a «Távola Redonda», construída pelo rei Artur ⁽¹⁾ segundo os planos de Merlin, era destinada a receber o Graal quando um dos Cavaleiros conseguisse conquistá-lo e o tivesse levado da Grã-Bretanha para a Armórica. Essa mesa é ainda um símbolo verdadeiramente muito antigo, um daqueles que estiveram sempre associados à ideia dos centros espirituais, conservadores da tradição: a forma circular da mesa está ligada formalmente ao ciclo zodiacal pela presença em volta dela de doze personagens principais ⁽²⁾, particularidade que, como dissemos anteriormente, se encontra na constituição de todos os centros de que se trata.

Há ainda um símbolo que está ligado a outro aspecto da lenda do Graal e merece uma especial atenção: é o de *Montsalvat* (literalmente «Monte da Salvação»), o pico situado «nas bordas longínquas das quais nenhum mortal se aproxima», representado elevando-se no meio do mar, numa

(1) O nome de Artur tem um sentido muito notável, que se liga ao simbolismo «polar» e que explicaremos talvez noutra ocasião.

(2) Os Cavaleiros da «Távola Redonda» são, por vezes, em número de cinquenta (que era, entre os Hebreus, o número do Jubileu, e que se refere também ao «reino do Espírito Santo»); mas mesmo nesse tempo havia sempre doze que tinham um papel preponderante. A propósito disto, recordemos os Doze Pares de Carlos Magno em outros relatos lendários da Idade Média.

região inacessível, por detrás da qual se levanta o Sol. É ao mesmo tempo a «ilha sagrada» e a «montanha polar», dois símbolos equivalentes, dos quais ainda teremos de falar na continuação deste estudo. É a «Terra da imortalidade» que se identifica naturalmente com o Paraíso terrestre ⁽¹⁾. Para voltar ao próprio Graal, é fácil perceber que a sua primeira significação é no fundo a mesma que o vaso sagrado tem em toda a parte onde se encontra, e que no Oriente, principalmente, é o vaso do sacrifício, contendo originariamente, como indicámos mais atrás, o Soma dos Vedas ou o *Haoma* dos Mazdeus, isto é, a «bebida da imortalidade» que confere ou restitui àqueles que o recebem com as disposições requeridas, o «sentido da eternidade». Não poderíamos, sem sair do nosso tema, estender-nos mais sobre o simbolismo do vaso e do seu conteúdo. Seria necessário, para o desenvolver convenientemente, consagrar a isso um estudo especial, completo. Mas a observação que acabamos de fazer vai levar-nos a outras considerações da maior importância para o que nos propomos presentemente.

(1) A semelhança de Montsalvat com o Meru é-nos assinalada pelos Hindus, e foi isso que nos levou a examinar de perto a significação da lenda ocidental do Santo Graal.

representar a verdadeira tradição iniciática: em hebreu, as palavras *lain*, «vinho», e *sod*, «mistério», substituem-se uma pela outra como tendo o mesmo número (1); entre os *Sûfis*, o vinho simboliza o conhecimento esotérico, a doutrina reservada à elite e que não convém a todos os homens, assim como não podem todos beber o vinho impunemente.

Resulta daí que o emprego do vinho num rito confere a este um carácter claramente iniciático. Tal é nomeadamente o caso do sacrifício «eucarístico» de Melquisedeque (2); e é este o ponto essencial sobre o qual devemos agora deter-nos.

O nome de Melquisedeque, ou mais exactamente *Melki-Tsedeq*, não é outra coisa, com efeito, do que o nome sob o qual a própria função do «Rei do Mundo» se encontra expressamente designada na tradição judaico-cristã. Hesitámos um pouco em enunciar este facto, que permite a explicação de uma das passagens mais enigmáticas da Bíblia he-

nasceu da roxa de Zeus baseia-se numa associação verbal das mais curiosas: a palavra grega *mêrês*, «coxa», foi substituída pelo nome de *Mera*, a «montanha polar», a qual é quase idêntica foneticamente.

(1) O número de cada um destes vocábulos é 70.

(2) O sacrifício de Melquisedeque é habitualmente tomado como uma «Préfiguração» da Eucaristia; e o sacerdote cristão identifica-se, em princípio, com o próprio sacerdote de Melquisedeque, segundo a aplicação feita ao Cristo desta frase dos *Salmos*: — *Tu es sacerdos in æternum secundum ordinem Melchisedec* — (Ps. CX, 4) (Tu és um sacerdote eterno, segundo a ordem de Melquisedeque).

braica, mas desde que estávamos decididos a tratar esta questão do «Rei do Mundo» não nos era possível, na verdade, passá-la em silêncio. Poderíamos retomar aqui a frase pronunciada a esse respeito por S. Paulo (Epistola aos Hebreus, V, 11): — «Temos a esse respeito muitas coisas a dizer e coisas difíceis de explicar, porquanto vos tornastes negligentes para ouvir».

Em primeiro lugar, eis o próprio texto da passagem bíblica de que se trata: «E *Melki-Tsedeq*, rei de *Salém*, fez trazer pão e vinho; e ele era sacerdote do Deus Altíssimo (*El Élion*). E ele abençoou Abram (1) dizendo: — Bendito seja Abram pelo Deus Altíssimo, possuidor dos Céus e da Terra; e bendito seja o Deus Altíssimo que entregou os teus inimigos nas tuas mãos. E Abram deu-lhe o dízimo de tudo que tinha tomado» (2).

Melki-Tsedeq é, pois, rei e sacerdote, conjuntamente. O seu nome significa «rei de Justiça» e é ao mesmo tempo rei de *Salém*, quer dizer da *Paz*; encontramos pois aqui, acima de tudo, a «Justiça» e a «Paz», isto é, precisamente os dois atributos fundamentais do «Rei do Mundo». Deve notar-se que a palavra *Salém*, contrariamente à opinião vul-

(1) «O nome de Abram ainda não tinha sido mudado para *Abraham*. Ao mesmo tempo, o nome de sua esposa *Sarah* foi mudado para *Serai*, de maneira que a soma dos números destes dois nomes continua a mesmo.

(2) Gênesis XIV, 19-20

O REI DO MUNDO

gar, nunca designou na realidade uma cidade, mas que, se se tomar pelo nome simbólico da residência de *Melki-Tsedeq*, pode ser considerado como um equivalente do vocábulo *Agartha*. Em todo o caso, é um erro ver aí o nome primitivo de Jerusalém, porque esse nome era *Jêbus*; pelo contrário, se o nome de Jerusalém foi dado a essa cidade quando um centro espiritual foi ali estabelecido pelos Hebreus, foi para indicar que ela era, desde então, como uma imagem visível da verdadeira *Salem*. É de notar que o templo foi edificado por Salomão, cujo nome (*Shlomo*) também derivado de *Salem*, significa o «Pacífico» (1).

Eis agora em que termos S. Paulo comenta o que se disse de *Melki-Tsedeq*: — «Este Melquisedeque, rei de Salem, sacerdote do Deus Altíssimo, que saiu ao encontro de Abraham quando ele regressava da matança dos reis, que o abençoou e a quem Abraham deu o dízimo de todos os despojos; que é em primeiro lugar, segundo a significação do seu nome, rei da Justiça e depois, também, rei de Salem, isto é, rei da Paz; que não tem pai nem mãe nem genealogia, que não tem começo nem fim de vida,

(1) É de notar também que a mesma raíz se encontra ainda nas palavras *Islam* e *moslem* (muçulmano); a «submissão à Vontade divina» (é o próprio sentido do vocábulo *Islam*) é a condição necessária da «Paz». A ideia aqui expressa é aproximada da do *Dharma* hindu.

mas está feito assim à semelhança do Filho de Deus e permanece sacerdote para sempre» (1).

Ora, *Melki-Tsedeq* é representado como superior, a Abraham, visto que o abençoa e, «sem a mais pequena dúvida é o inferior que é abençoado pelo superior»; por seu lado, Abraham reconhece essa superioridade, porque lhe dá o dízimo, o que é sinal da sua dependência. Há aqui uma verdadeira «investidura», quase no sentido feudal da palavra, mas com a diferença de que se trata de uma investidura espiritual; e podemos acrescentar que se encontra aí o ponto de junção da tradição hebraica com a grande tradição primordial. A «bênção», de que se falou, é propriamente a comunicação de uma «influência espiritual», na qual Abraham vai participar daí em diante. E pode-se observar que a fórmula empregada põe Abraham em relação directa com o «Deus Altíssimo», que o próprio Abraham invoca em seguida, identificando-o com *Jehovah*. Se *Melki-Tsedeq* é assim superior a Abraham, é porque o «Altíssimo» (*Élion*), que é o Deus de *Melki-Tsedeq*, é ele próprio superior ao «Todo-Poderoso» (*Shaddai*) que é o deus de Abraham ou, por outras palavras, porque o primeiro desses dois nomes representa um aspecto divino mais elevado do que o segundo. Por outro lado, o que é extremamente importante e parece nunca ter sido assinalado, é

(1) Epístola aos Hebreus, VII 1-3.

O REI DO MUNDO

que o «*El Elion*» é o equivalente de *Emmanuel*, tendo esses dois nomes exactamente o mesmo número (197); e isto liga directamente a história de *Melki-Tsedeq* à dos «Reis Magos», cuja explicação já demos anteriormente.

Além disso, pode-se ainda aqui ver o seguinte: o sacerdócio de *Melki-Tsedeq* é o sacerdócio de *El Elion*: o sacerdócio cristão é o de *Emmanuel*; se *El Elion* é, pois *Emmanuel*, esses dois sacerdócios não são mais do que um, e o sacerdócio cristão, que por outro lado comporta essencialmente a oferta eucarística do pão e do vinho, é verdadeiramente «segundo a ordem de Melquisedeque» ⁽¹⁾.

A tradição judaico-cristã distingue dois sacerdócios, um «segundo a ordem de Aaram», o outro «segundo a ordem de Melquisedeque»; e este é superior àquele como o próprio Melquisedeque é superior a Abraham, do qual descende a tribo de Levi e, por consequência, a família de Aaram ⁽²⁾.

(1) Isto é a justificação completa da identidade que indicámos anteriormente. Mas convém observar que a participação na tradição pode não ser sempre consciente. Nesse caso, ela não é menos real como meio de transmissão das «Influências espirituais», mas não implica a elevação efectiva a qualquer categoria da hierarquia iniciática.

(2) Pode-se dizer também, conforme o que precede, que essa superioridade corresponde à da Nova Aliança sobre a Antiga Lei (Epístola aos Hebreus, VII, 22). Isto daria lugar a explicar por que o Cristo nasceu da tribo real de Judá e não da tribo sacerdotal de Levi (Ep. aos Heb. VII, 11-17), mas essas considerações

Esta superioridade é claramente afirmada por S. Paulo que diz: «O próprio Levi, que recebe dízimos (sobre o povo de Israel) pagou-os por assim dizer, por intermédio de Abraham» (Epíst. aos Hebreus, cap. vii, 9). Não temos de estender-nos mais aqui sobre o significado desses dois sacerdócios, mas citaremos ainda outra frase de S. Paulo: — «Aqui (no sacerdócio levítico) são homens mortais que recebem os dízimos; ali, porém, é um homem de quem se testifica que vive» (Epíst. aos Hebreus, cap. vii 8). Este «homem vivo», que é *Melki-Tsedeq*, é *Manu* que continua, com efeito, «perpetuamente» (em hebreu *le-ólam*), isto é, por toda a duração do seu ciclo (*Manvantara*), ou do mundo que ele rege especialmente. É por isso que ele «não tem genealogia», porque a sua origem é «não humana», visto que ele próprio é o protótipo do homem. É realmente ele foi «feito à semelhança do Filho de Deus» visto que, pela Lei que formula, é para esse mundo a expressão e a própria imagem do Verbo divino ⁽¹⁾.

levar-nos-iam muito longe. — A organização das doze tribos, descendentes dos doze filhos de Jacob, liga-se naturalmente à constituição duodenária dos centros espirituais.

(1) Na *Pistis Sophia* dos Gnósticos alexandrinos, Melquisedeque é qualificado de «Grande Recebedor da Luz Eterna»; isto está de acordo ainda com a função de *Manu*, que recebe efectivamente a luz inteligível, por um raiu emanado directamente do Princípio, para a reflectir ao mundo, que é o seu domínio. É por isto que *Manu* é chamado «Filho do Sol».

Há ainda outras observações a fazer e, em primeiro lugar, esta: na história dos «Reis Magos» vemos três personagens distintas, que são os três chefes da hierarquia iniciática; na de *Melki-Tsedeq* não vemos senão uma, mas que pode unir nela os aspectos correspondentes às três mesmas funções. Foi assim que alguns distinguiram *Adoni-Tsedeq*, o «Senhor da Justiça», que se desdobra de certa maneira em *Koen-Tsedeq*, o «Sacerdote da Justiça» e *Melki-Tsedeq*, o «Rei da Justiça». Estes três aspectos podem ser, com efeito, considerados como referindo-se respectivamente às funções do *Brahmâ*, do *Mahâtmâ* e do *Mahânga* (1).

Embora *Melki-Tsedeq* não seja propriamente senão o nome do terceiro aspecto, é aplicado ordinariamente por extensão ao conjunto dos três e, se é assim empregado de preferência aos outros, é porque a função que exprime é a mais próxima do mundo exterior, portanto aquela que é manifestada mais imediatamente. Além disso, deve notar-se que a expressão de «Rei do Mundo», bem como a de «Rei da Justiça», não se referem directamente

ADONI - KOEN - MELKI

(1) Existem ainda outras tradições relativas a *Melki-Tsedeq*: segundo uma delas, este teria sido consagrado no Paraíso terrestre pelo anjo Mikael, na idade de 52 anos. Este número simbólico 52 representa, por outro lado, um papel importante na tradição hindu, onde é considerado como o número total dos sentidos incluídos no Veda. Diz-se mesmo que a esses sentidos correspondem outras tantas pronúncias diferentes do monossílabo OM.

senão ao poder real. Por outro lado, encontra-se também na Índia a designação de *Dharma-Rāja*, que literalmente é equivalente à de *Melki-Tsedeq* ⁽¹⁾.

Se agora tomamos o nome de *Melki-Tsedeq* no seu sentido mais rigoroso, os atributos próprios do «Rei da Justiça» são a balança e a espada; e estes atributos são também os de *Mikael*, considerado como «Anjo do Julgamento» ⁽²⁾. Esses dois emblemas representam respectivamente, na ordem social, as duas funções, administrativa e militar, que pertencem como atributo particular aos *Kshatriyas* e são os dois elementos constitutivos do poder real. São também, hieroglificamente, os dois caracteres formando a raiz hebraica e árabe *Haq*, que significa simultaneamente «Justiça» e «Verdade» ⁽³⁾ e que, entre vários povos antigos, tem servido precisamente para designar a realeza ⁽⁴⁾. *Haq* é a autoridade que

(1) Este nome, ou antes, este título de *Dharma-Rāja* é aplicado, principalmente no *Mahābhārata*, à *Yudhisthira*, mas foi-o em primeiro lugar a *Yama*, o «Juiz dos Mortos»; cuja estreita relação com *Maou* foi indicada anteriormente.

(2) Na iconografia cristã, o anjo *Mikael* aparece com esses dois atributos nas representações do «Juízo Final».

(3) Do mesmo modo, entre os Egípcios, *Má* ou *Maat* era, ao mesmo tempo, a «Justiça» e a «Verdade». Vêmo-la representada num dos pratos da balança do «Julgamento», enquanto na outra se vê um vaso, hieróglifo do coração. — Em hebreu, *haq* significa «decretos».

(4) Esta palavra *Haq* tem por valor numérico 103, que é um dos números cíclicos fundamentais. — Na Índia, o rosário shivaita

faz reinar a Justiça, isto é, o equilíbrio simbolizado pela balança, enquanto a autoridade o é pela espada ⁽¹⁾, e é isto que caracteriza o papel essencial do poder real; por outro lado é também, na ordem espiritual, a força da Verdade. Além disso é preciso acrescentar que existe também uma forma suavizada dessa raiz *Haq.* obtida pela substituição do sinal da força espiritual pelo da força material e essa forma, *Hak.* designa propriamente a «Sabedoria» (em hebreu *Hokmah*), de maneira que ela convém mais especialmente à autoridade sacerdotal, como a outra ao poder real.

Isto é ainda confirmado pelo facto de que as duas formas correspondentes se encontram, com sentidos semelhantes, na raiz *Kan.* que em línguas muito diversas significa «poder» ou «autoridade» e também «conhecimento»: *kan* é sobretudo poder espiritual ou intelectual, idêntico à Sabedoria (donde *Koen.* «sacerdote» em hebreu), e *qan* é o poder material (do qual diferentes palavras exprimem a ideia de «posse» e principalmente o nome de

Qan - Kan - Qan - Kan - Qan - Kan

é composto por 108 contas; e a significação primeira do rosário simboliza a «escada dos mundos», isto é, o escadearamento causal dos elos ou dos estados de existência.

(1) Esta significação poderia resumir-se nesta fórmula: «a força ao serviço do direito», se os modernos não tivessem abusado bastante daquela, tomando-a num sentido externo.

Qain) ⁽¹⁾. Estas raízes e seus derivados poderiam, sem dúvida, dar lugar ainda a muitas outras considerações: mas devemos limitar-nos ao que se refere mais directamente ao tema do presente estudo.

Para completar o que antecede, voltaremos ao que a Cabala hebraica diz da *Shekinah*: esta é representada no «mundo exterior» pelo último dos dez *Sephiroth*, que é chamado *Malkuth*, isto é, o «Reino», designação que é bastante digna de nota, do ponto de vista em que aqui nos colocamos. Mas o que o é ainda mais, é que, entre os sinónimos que são dados, por vezes, a *Malkuth* se encontra *Tsedeq*, o «Justo» ⁽²⁾. Esta comparação de *Malkuth* e de *Tsedeq*, ou da Realeza (o governo do Mundo) e da Justiça, encontra-se precisamente no nome de *Melki-Tsedeq*. Trata-se aqui da Justiça distributiva e propriamente equilibrante, na «coluna do meio»

MALKA - MALKI - MELKI

(1) A palavra *Khan*, título dado aos chefes pelos povos da Ásia Central, liga-se talvez à primeira raiz.

(2) *Tsedeq* é também o nome do planeta Júpiter, cujo anjo é chamado *Tsedqiel-Melek*; a semelhança com o nome de *Melki-Tsedeq* (ao qual está somente acrescentado *El*, o nome divino que forma a terminação de todos os nomes angélicos) está aqui muito evidente, para que seja preciso insistir nela. Na Índia, o mesmo planeta tem o nome de *Brihaspati* que é igualmente o «Pontífice celeste» — Outro sinónimo de *Malkuth* é *Sabbath*, cujo sentido de «repouso» se refere visivelmente à ideia da «Paz», tanto mais que essa ideia exprime, como se viu mais atrás, o aspecto exterior da própria *Shekinah* pela qual ela se comunica ao «mundo inferior».

da árvore senrotica. É preciso distingui-la da Justiça oposta à Misericórdia e identificada com a Austeridade, na «coluna da esquerda», porque são dois aspectos diferentes (e além disso, em hebreu, existem duas palavras para designá-las: a primeira é *Tsedakah* e a segunda é *Din*).

É o primeiro desses aspectos que é a Justiça, no sentido mais rigoroso e mais completo, ao mesmo tempo, implicando essencialmente a ideia de equilíbrio ou de harmonia, e ligada indissoluvelmente à Paz.

Malkuth é o «reservatório onde se juntam as águas que vêm do rio do alto, isto é, todas as emanções (graças ou influências espirituais) que ela espalha em abundância». Esse «rio do alto» e as águas que descem dele lembram estranhamente o papel atribuído ao rio celeste *Gangã* na tradição hindu; e poderia também notar-se que a *Shakti*, da qual *Gangã* é um aspecto, apresenta certas analogias com a *Shekinah*; não seria assim senão em razão da função «providencial» que lhes é comum. O reservatório das águas celestes é naturalmente idêntico ao centro espiritual do nosso mundo: de lá partem os quatro rios do *Pardes*, dirigindo-se para os quatro pontos cardeais. Para os Judeus, esse centro espiritual identifica-se com a colina de Sião, à qual dão o nome de «Coração do Mundo», aliás comum a todas as «Terras Santas» e que, para eles, se torna de alguma maneira o equivalente do *Meru*

dos Hindus ou do *Alborj* dos Persas (1). «O Tabernáculo da Santidade de *Jehovah*, a residência da *Shekinah*, é o Santo dos Santos que é o coração do Templo, que é ele próprio o centro de Sião (Jerusalém), como a Terra de Israel é o centro do Mundo». Pode-se levar mesmo as coisas mais longe: não só tudo o que está aqui enumerado, tomando-o na ordem inversa, mas também, depois do Tabernáculo no Templo, a Arca da Aliança no Tabernáculo e, sobre a própria Arca da Aliança, o lugar de manifestação da *Shekinah* (entre os dois *Kerubim*) representam igualmente aproximações sucessivas do «Pólo espiritual».

É também desta maneira que Dante apresenta precisamente Jerusalém como o «Pólo espiritual», como já tivemos ocasião de explicar noutró lugar; mas isto, desde que se saia do ponto de vista propriamente judaico, torna-se sobretudo simbólico e já não constitui uma localização no sentido restrito do vocábulo. Todos os centros espirituais secundários, constituídos em vista de adaptações da tradição primordial a tradições determinadas, são, como

(1) Entre os Samaritanos, é o monte *Gariaim* que representa o mesmo papel e recebe as mesmas denominações: é a «Montanha abençoada», a «Colina Eterna», o «Monte da Herança», a «Casa de Deus» e o Tabernáculo dos seus Anjos, a morada da *Shekinah*. É mesmo identificado com a «Montanha Primordial» (*Har Qadim*) onde esteve situado o *Edem*, que não foi submergido pelas águas do dilúvio.

já demonstrámos, imagens do centro supremo: Sião pode não ser na realidade senão um desses centros secundários e, no entanto, identificar-se simbolicamente com o centro supremo, em virtude desta semelhança. Jerusalém é, com efeito, como o seu nome indica, uma imagem da verdadeira *Salem*. O que nós dissemos e o que ainda diremos da «Terra Santa», que não é somente a Terra de Israel, permitirá compreender isso sem dificuldade.

A este propósito, outra expressão muito notável sinónima de «Terra Santa» é a de «Terra dos Viventes»: ela designa manifestamente a «morada da imortalidade», de maneira que, na sua acepção própria e rigorosa, se aplica ao Paraíso terrestre ou aos seus equivalentes simbólicos; mas essa denominação foi também transferida para as «Terras Santas» secundárias e principalmente para a Terra de Israel. Diz-se que a «Terra dos Viventes compreende sete terras» e Mr. Vulliaud nota a esse respeito que «esta terra é Chanaan, na qual havia sete povos». No sentido literal, sem dúvida, isto é exacto; mas, simbolicamente, essas sete terras poderiam muito bem, como as de que se trata, por outro lado, na tradição islâmica, corresponder aos sete *dwipas* que, segundo a tradição hindu, têm o *Meru* por centro comum, e sobre os quais voltaremos mais adiante. Do mesmo modo, quando os antigos mundos, ou as criações anteriores à nossa, são figurados

pelos «sete reis de Edom» (o número septenário encontrando-se aqui em relação com os sete «dias» do Génesis) há nisso uma semelhança demasiado impressionante, para ser só accidental, com as eras dos sete *Manus*, contadas desde o principio do *Kalpa* até à época actual (¹).

(¹) Um *Kalpa* compreende catorze *Manvantaras*; *Vaivasvata*, o presente *Manu*, é o sétimo deste *Kalpa*, chamado *Shri-Shukla-Varāha-Kalpa* ou «Era do Javali Branco» — Outra nota curiosa é esta: os Judeus dão a Roma a denominação de *Edom*. Ora a tradição fala também de sete reis de Roma, e o segundo desses reis, *Numa*, que foi considerado como o legislador da cidade, tem um nome que é o contrário silábico exacto do de *Manu*, e que pode ser, ao mesmo tempo, a aproximação do vocábulo grego *nomos*, lei. Isto dá lugar a pensar que esses sete reis de Roma não são outra coisa, debaixo de certo ponto de vista, senão uma representação particular dos sete *Manus*, para uma civilização determinada, do mesmo modo que os sete sábios da Grécia são, por outro lado, em condições similares, uma representação dos sete *Rishis*, em quem se sintetiza a sabedoria do ciclo immediatamente anterior ao nosso.

VII

«LUZ» OU A MORADA DA IMORTALIDADE

As tradições relativas ao «mundo subterrâneo» encontram-se em grande número de povos; não temos a intenção de juntá-las todas aqui, tanto mais que algumas de entre elas não parecem ter uma relação muito directa com o assunto de que nos ocupamos. Contudo, poderia observar-se, de uma maneira geral, que o «culto das cavernas» está sempre mais ou menos ligado à ideia de «lugar interior» ou de «lugar central» e que, a esse respeito, o símbolo da caverna e o do coração estão bastante próximos um do outro (¹). Por outro lado, há realmente, tanto na Ásia central como na América e talvez ainda noutros lugares, cavernas e sub-

(¹) A caverna ou a gruta representa a cavidade do coração, considerado como centro do ser, e também o interior do «Ovo do Mundo».

terrâneos onde certos centros iniciáticos têm podido manter-se desde há séculos; mas, fora disso, há, em tudo o que é citado acerca desse assunto, uma parte de simbolismo que não é muito difícil de esclarecer; e podemos pensar mesmo que são razões de ordem simbólica que têm determinado a escolha de lugares subterrâneos para estabelecer esses centros de iniciação, muito mais que motivos de simples prudência. Saint-Yves teria talvez podido explicar esse simbolismo, mas não o fez, e é isso que dá a certos pontos do seu livro uma aparência de fantasmagoria ⁽¹⁾. Quanto a Ossendowski, era, certamente incapaz de ir mais longe e de ver, no que lhe diziam, outra coisa senão o sentido mais imediato.

Entre as tradições às quais fizemos alusão, há uma que apresenta um particular interesse: encontra-se no Judaísmo e refere-se a uma cidade misteriosa, chamada *Luz* ⁽²⁾.

Esse nome era originariamente o do lugar onde Jacob teve o sonho, após o qual o chamou *Beith-El*, isto é, «casa de Deus» ⁽³⁾. Voltaremos mais tarde

(1) Citaremos como exemplo a passagem onde se trata da «descida aos Infernos». Aqueles que tiverem ocasião disso, poderão compará-la com o que dissemos, acerca do mesmo assunto, no *Esoterismo de Dante*.

(2) Os esclarecimentos que utilizamos aqui foram extraídos da *Jewish Encyclopedia* (VIII, 219).

(3) *Génese*, XXVIII, 19.

a este assunto. Diz-se que o «Anjo da Morte» não pode entrar nessa cidade e não tem nela nenhum poder; e, por uma aproximação bastante singular mas muito significativa, alguns situam-na perto de *Alborj*, que é igualmente para os Persas a «morada da imortalidade».

Perto de *Luz* hã, següdo se diz, uma amendoeira (chamada também *luz* em hebreu) na base da qual existe uma cavidade pela qual se penetra num subterrâneo⁽¹⁾; e esse subterrâneo conduz à própria cidade, que está inteiramente oculta. A palavra *Luz*, nas suas diversas acepções, parece, aliás, derivada de uma raiz que designa tudo o que está oculto, coberto, envolvido, silencioso e secreto. É de notar que as palavras que designam o Céu tiveram primitivamente o mesmo significado. *Coelum* aproxima-se vulgarmente do grego *Koilon*, «cavidade» (o que pode ter também uma relação com a caverna, tanto mais que Varrão indica essa comparação nestes termos: *a cavo coelum*); mas é preciso notar também que a forma mais antiga e mais corrente parece ser *cælum*, que lembra de muito perto a

(1) Nas tradições de certos povos da América do Norte, trata-se também de uma árvore, pela qual os homens que viviam primitivamente no interior da terra teriam vindo para a superfície da terra, enquanto outros da mesma raça teriam ficado no mundo subterrâneo. É provável que Bulwer-Lytton se inspirasse nessas tradições para a sua obra «A Raça Futura» (*The Coming Race*).

palavra *caelare*, «ocultar». Por outro lado, em sânscrito, *Varuna* deriva da raiz *var*, «cobrir» (o que é igualmente o sentido da raiz *Kal*, a que se ligam o latim *celare*, outra forma de *caelare*, e o seu sinónimo grego *kaluptein*) ⁽¹⁾; e o grego *Ouranos* não é senão uma outra forma do mesmo nome, mudando facilmente *var* para *ur*. Estas palavras podem pois significar, «o que cobre» ⁽²⁾, «o que oculta» ⁽³⁾, mas também «o que está oculto», e este último significado é duplo: é o que está escondido aos sentidos, o domínio supra-sensível; e é também, nos períodos de ocultação ou obscurecimento, a tradição que deixa de estar manifestada exteriormente e aberta-

(1) Da mesma raiz *kal* derivam outras palavras latinas, como *caligo* e talvez o composto *occultus*. Por outro lado, é possível que a forma *caelare* derive originariamente de uma raiz diferente *cael*, com o sentido de «cortar» ou «dividir» (donde também *caedere*) e, por consequência, os de «separar» e «ocultar»; mas, em todo o caso, as ideias expressas por essas raízes estão, como se vê, muito próximas umas das outras, o que pode levar facilmente à assimilação de *caelare* e *celare*, apesar de estas duas formas serem etimologicamente independentes.

(2) O «Tecto do Mundo», assimilável à «Terra celeste» ou «Terra dos Viventes», tem, nas tradições da Ásia central, estreitas relações com o «Céu Ocidental», onde reina *Ayelo-kiféncara*. — A propósito do sentido de «cobrir», convém recordar também a expressão maçónica «estar a coberto»: o tecto estrelado da Loja representa a abóbada celeste.

(3) É o véu de Isis ou de Neith, entre os Egípcios, o «véu azul» da Mãe universal na tradição extremo-oriental (*Tao-te-kíng*, ch. VI): se se aplicar este sentido ao céu visível poderão encontrar nele uma alusão ao papel do simbolismo astronómico, escondendo ou «revelando» as verdades superiores.

mente, o «mundo celeste», tornando-se então o «mundo subterrâneo». Há ainda, sob outro aspecto, uma comparação a estabelecer com o Céu: *Luz* é chamada a «cidade azul» e esta cor, que é a da safira (¹), é a cor celeste. Na Índia dizem que a cor azul da atmosfera é produzida pela reflexão da luz sobre uma das faces do *Mera*, a face meridional, que olha o *Jambu-dwipa*, e que é feita de safira. É fácil compreender que isto se refere ao mesmo simbolismo. O *Jambu-dwipa* não é somente a Índia, como geralmente se julga, mas representa na realidade todo o conjunto do mundo terrestre no seu estado actual; e este mundo pode, com efeito, ser considerado como situado inteiramente ao Sul do *Mera*, visto que este é identificado com o pólo setentrional (²). Os sete *dwipas* (literalmente «ilhas» ou «continentes») emergem sucessivamente, no decurso de certos períodos cíclicos, de maneira que cada um deles é o mundo terrestre, encarado

(1) A safira representa um papel importante no simbolismo bíblico; em particular, aparece frequentemente nas visões dos profetas.

(2) O Norte é chamado em sânscrito *Uttara*, isto é, a região mais elevada; o Sul é chamado *Dakshina*, a região da direita, isto é a que se tem à direita, voltando-se para o Oriente. *Uttarâyanam* é a marcha ascendente do Sol para o Norte, começando no solstício de Inverno e terminando no solstício de Verão; *dakshinâyana* é a marcha descendente do Sol, para o Sul, começando no solstício de Verão e terminando no de Inverno.

O REI DO MUNDO

no período correspondente; formam um lotus (a flor do lótão ou lotô) cujo centro é o Meru, em relação ao qual são orientados segundo as sete regiões do espaço ⁽¹⁾.

Hã, pois, uma face do Meru que está voltada para cada um dos sete *divipas*; se cada uma dessas

(1) No simbolismo hindu (que o Budismo conservou na lenda dos «sete passos») as sete regiões do espaço são os quatro pontos cardinais, mais o Zênite e o Nadir e, finalmente, o próprio centro. Pode-se notar que a sua representação forma uma cruz de três dimensões (seis direcções opostas ouas a duas, a partir do centro). Do mesmo modo, no símbolo cabalístico, o «Santo Palácio» ou «Palácio interior» está no centro das seis direcções, que formam com ele o septenário. Clemente de Alexandria diz que é de Deus, «Coração do Universo» que partem as amplitudes indefinidas que se dirigem, uma para cima, outra para baixo, essa para a direita, aquela para a esquerda, uma para a frente e outra para trás; dirigindo o seu olhar para essas seis extensões como para um número sempre igual, completa o mundo; ele é o princípio e o fim (o alfa e o ômega), terminam nele as seis fases do tempo, e é dele que elas recebem a sua extensão indefinida; é este o segredo do número 7, citado por P. Vuilland, *La Kabbale Juive*, t. I, pp. 215-216). Tudo isto se refere ao desenvolvimento do ponto primordial no espaço e no tempo; as seis fases do tempo, correspondendo respectivamente às seis direcções do espaço, são seis períodos cíclicos, subdivisões de um outro período mais geral, por vezes representadas simbolicamente como seis milénários. São também assimiláveis aos sete primeiros «dias» do Génesis, sendo o sétimo ou Sabbath a fase de regresso ao princípio. Isto é, ao centro. Temos assim sete períodos, aos quais pode ser relacionada a manifestação respectiva dos sete, *divipas*; se cada um desses períodos é um *Manvantara*, o *Kalpa* compreende duas séries septenárias completas. Por outro lado, é entendido que o mesmo simbolismo é aplicável a diferentes graus, variando se encerram os períodos cíclicos, mais ou menos extensos.

faces tem uma das cores do arco-íris ⁽¹⁾, a síntese dessas sete cores é o branco, que é atribuído em toda a parte à autoridade espiritual suprema ⁽²⁾, e que é a cor do *Meru*, considerado em si mesmo (veremos que é efectivamente designado como a «montanha branca»), enquanto que as outras representam somente os seus aspectos em relação aos diferentes *dwipas*. Parece que para o período de manifestação de cada *dwipa* há uma posição diferente do *Meru*; mas, na realidade, ele é imutável, visto que é o centro, e a orientação do mundo terrestre em relação a ele é que muda de um período para outro.

Voltemos à palavra hebraica *Luz*, cujos diversos significados são muito dignos de atenção: essa palavra tem ordinariamente o sentido de *amêndoa* (e também de «amendoeira», designando por extensão tanto a árvore como o seu fruto) ou de «caroço»: ora o caroço é o que há de mais inferior ou de mais oculto e está inteiramente inacessível, daí a ideia

(1) Ver o que ileon disse anteriormente acerca do simbolismo do arco-íris. Na realidade só há seis cores complementares, duas a duas, e correspondendo às direcções opostas, duas a duas; a sétima cor não é outra senão o branco, como a sétima região se identifica com o centro.

(2) Não é, pois, sem razão, que na hierarquia católica o Papa está vestido de branco.

O REI DO MUNDO

de «inviolabilidade» (1) que se encontra no nome de *Agartha*. O mesmo vocábulo *Luz* é também o nome dado a uma partícula corporal indestrutível, representada simbolicamente como um osso muito duro, e à qual a alma ficaria ligada depois da morte e até à ressurreição (2). Como o caroço contém o germen, e como o osso contém a essência, a *Luz* contém os elementos virtuais necessários à restauração do ser; e essa restauração operar-se-á sob a influência do «orvalho celeste», revivificando as ossadas dessecadas: é a isto que faz alusão, da maneira mais clara, esta frase de S. Paulo: «Semeados na corrupção, ele ressuscitará na glória» (3).

Aqui, como sempre, a «glória» refere-se à *Shekinah* considerada no mundo superior, e com a qual o «orvalho celeste» tem uma estreita relação, como já se justificou anteriormente. Sendo imperecível (4), a *Luz* é, no ser humano, o «núcleo da imor-

(1) É por isto que a Anandoeira é tomada como símbolo da Virgem.

(2) É curioso notar que esta tradição judaica inspira provavelmente certas teorias de Leibniz sobre o «animal» (isto é, o ser vivo) subsistindo perpetuamente com um corpo, mas «dormido» depois da morte.

(3) 1.ª Epistola aos Coríntios, XV, 42 — Há nestas palavras uma restrita aplicação da lei da analogia: — «O que está em cima é como o que está em baixo, e inversamente.

(4) Em sânscrito, o vocábulo *akshara* significa «indivisível» e, por consequência, «impercível» ou «indestrutível»; designa a

talidades», como o lugar que é designado pelo mesmo nome é a «morada da imortalidade», aí se detém, nos dois casos, o poder do «Anjo da Morte». De certo modo, é o ovo ou o embrião do Imortal ⁽¹⁾; pode ser comparado também à crisálida, donde deve sair a borboleta ⁽²⁾, comparação que traduz exactamente o seu papel em relação à ressurreição.

A *luz* situa-se na extremidade inferior da coluna vertebral; isto pode parecer muito estranho, mas esclarece-se, por uma comparação com o que a tradição hindu diz da força chamada *Kundalini* ⁽³⁾, que é uma forma de *Shakti* considerada como imanente ao ser humano ⁽⁴⁾.

sílaba, elemento primeiro e germen da linguagem e aplica-se por excelência ao monossílabo *Om*, que se diz conter em si mesmo a essência do triplo *Vêda*.

(1) Encontra-se o seu equivalente, sob outra forma, nas diferentes tradições e, em particular, com importantes desenvolvimentos, no Taoísmo. — A este respeito, é o análogo, na ordem «microcósmica», do que é o «Ovo do Mundo» na ordem «macrocósmica», porque encerra as possibilidades do «eterno futuro» (a *eterna ventura salutis*, do Credo católico).

(2) Pode referir-se aqui o simbolismo grego da *Psique*, que reside em grande parte sobre esta semelhança.

(3) A palavra *Kundali* (no feminino *Kundalini*) significa enroscado em forma de anel ou espiral; esse enroscamento simboliza o estado embrionário e não «desenvolvido».

(4) A este respeito, e sob determinado ponto de vista, a sua «morada» é também identificada com a cavidade do coração. Já fizemos alusão a uma relação existente entre a *Shakti* hindu e a *Shekhinah* hebraica.

Esta força é representada sob a forma de uma serpente enrolada sobre si mesma, numa região do organismo subtil correspondendo precisamente, também, à extremidade inferior da coluna vertebral. É assim, pelo menos, no homem vulgar; mas, pelo efeito de práticas, tais como as do *Hatha-Yoga*, ela desperta, desenrola-se e ergue-se através das «rodas» (chakras) ou «lotus» (kamalas) que correspondem aos diversos plexos, para atingir a região correspondente ao «terceiro olho», isto é, o olho frontal de *Shiva*. Este período ou fase representa a restituição do «estado primordial» em que o homem recupera o «sentido da eternidade» e por isso obtém o que nós chamamos a imortalidade virtual. Até aí, estamos ainda no estado humano; numa fase ulterior, kundalini atinge finalmente a coroa da cabeça ⁽¹⁾, e esta última fase refere-se à conquista efectiva dos estados superiores do Ser. O que parece resultar desta comparação é que a localização de luz na parte inferior do organismo se refere apenas à condição do «homem pecador»:

(1) É o *Brahma-candhā* ou orifício de *Brahma*, ponto de contacto da *sushumnā* ou «artéria coronal» com o crulo superior. Já expusemos completamente esse simbolismo em «O Homem e o seu deus, segundo o Vedānta».

para a humanidade terrestre, encarada no seu conjunto, passa-se o mesmo em relação à localização do centro espiritual supremo no «mundo subterrâneo» (1).

(1) Tudo isto tem uma das mais estreitas relações com o significado real desta hermetica frase muito conhecida: «Visita interiora terrae, rectificando invenies occultum lapidem, veram medicinam», que dá por acróstico a palavra *Philosoma*. A «pedra filosofal» é ao mesmo tempo, sob outro aspecto, a «verdadeira medicina», isto é, o «elixir de longa vida» que não é mais do que a «bebida da imortalidade». Escreve-se, de vez em quando, *interiora* em vez de *inferiora*, mas o sentido geral não é modificado, havendo sempre a mesma alusão evidente ao «mundo subterrâneo».

VIII

O CENTRO SUPREMO OCULTO DURANTE A «KALI-YUGA»

A *Agartha*, diz-se com efeito, não foi sempre subterrânea e não o permanecerá sempre. Virá o tempo em que, segundo as palavras de Ossendowski, «os povos de *Aghartti* sairão das suas cavernas e aparecerão à superfície da terra»⁽¹⁾. Antes da sua desapareição do mundo visível, esse centro tinha outro nome, porque o de *Agartha*, que significa «inatingível» ou «inacessível» (e também «inviolável» porque é a «morada da Paz», *Salem*) não lhe teria sido conveniente; Ossendowski precisa que se tornou subterrâneo «há mais de seis mil anos» e vê-se que essa data corresponde, com uma aproximação suficiente, ao princípio da *Kali-Yuga* ou «idade negra», a «idade do ferro» dos

(1) Estas palavras são aquelas pelas quais termina uma profecia que o «Rei do Mundo» teria feito em 1890, quando apareceu no mosteiro de Narubanchi.

antigos Ocidentais, o último dos quatro períodos em que se divide o *Manvantara* ⁽¹⁾; a sua reaparição deve coincidir com o fim do mesmo período.

Falámos mais atrás das alusões feitas por todas as tradições a qualquer coisa que está perdida ou oculta e que é representada sob diversos símbolos; isto, quando se toma no seu sentido geral, aquele que diz respeito a todo o conjunto da humanidade terrestre, refere-se precisamente às condições da *Kali-Yuga*. O período actual é, pois, um período de obscurecimento e de confusão ⁽²⁾; as suas con-

(1) O *Manvantara* ou Era de um *Manu*, chamado também *Mahá-Yuga*, compreende quatro *Yugas* ou períodos secundários: *Krita-Yuga* (ou *Satyuga*), *Trétá-Yuga*, *Dwâpara-Yuga* e *Kali-Yuga*, que se identificam respectivamente com a «idade do ouro», a «idade da prata», a «idade do bronze» e a «idade do ferro», da antiguidade greco-latina. Na sucessão desses períodos há uma espécie de materialização progressiva, resultante do afastamento do Princípio que acompanha necessariamente o desenvolvimento da manifestação cíclica, no mundo corporal, a partir do «estado primordial».

(2) O princípio desta idade é representado, principalmente, no simbolismo bíblico, pela Torre de Babel e a «confusão das línguas». Poder-se-ia pensar um tanto logicamente que a decadência e o dilúvio correspondem ao fim das duas primeiras idades; mas, na realidade, o ponto de partida da tradição hebraica não coincide com o começo do *Manvantara*. Não deve esquecer-se que as leis cíclicas são aplicáveis a graus diferentes, por períodos que não têm a mesma extensão e que, por vezes, se prolongam uns sobre os outros, donde as complicações que, à primeira vista, podem parecer inextricáveis, e que não é, efectivamente, possível resolver senão pela consideração da ordem de subordinação hierárquica dos centros tradicionais correspondentes.

dições são tais que, enquanto persistirem, o conhecimento iniciático deve necessariamente permanecer oculto, donde o carácter dos «Mistérios» da antiguidade dita «histórica» (que não remonta precisamente ao principio desse período) ⁽¹⁾ e das organizações secretas de todos os povos: organizações que atribuem uma iniciação efectiva, onde ainda subsiste uma verdadeira doutrina tradicional, mas que não oferecem mais do que a aparência quando o espírito dessa doutrina deixou de vivificar os símbolos que não são senão a representação exterior, e isso porque, por diversos motivos, toda a ligação consciente com o centro espiritual do mundo acabou por ser quebrada, o que é o sentido mais particular da perda da tradição, aquele que diz respeito especialmente a este ou àquele centro secundário, deixando de estar em relação directa e efectiva com o centro supremo.

Deve-se falar, pois, como já dissemos anteriormente, de qualquer coisa que está oculta, em vez de, verdadeiramente perdida, visto que não está perdida para todos e que alguns ainda a possuem integralmente; e se assim é, outros têm sempre a possibilidade de a reencontrar, contanto que a pro-

(1) Não parece que se tenha jamais notado, como convém, a impossibilidade quase geral em que se encontram os historiadores de estabelecer uma cronologia certa para tudo o que é anterior ao século VI, antes da Era Cristã.

O REI DO MUNDO

chamem como convém, quer dizer, que a sua intenção seja dirigida de tal forma que, pelas vibrações harmónicas que ela provoca, segundo a lei das «acções e reacções concordantes» ⁽¹⁾, ela possa pô-los em comunicação espiritual efectiva com o centro supremo ⁽²⁾. Essa direcção da intenção tem, aliás, em todas as formas tradicionais, a sua representação simbólica; queremos falar da orientação ritual: com efeito, esta é propriamente a direcção para um centro espiritual que, qualquer que seja, é sempre uma imagem do verdadeiro «Centro do Mundo» ⁽³⁾. Mas à medida que se avança na *Kali-Yuga*, a união com esse centro, cada vez mais fechado e oculto, torna-se mais difícil, ao mesmo tempo que se tornam mais raros os centros secundários que o represen-

(1) Esta expressão foi tomada da doutrina taoísta; por outro lado, tomamos aqui a palavra «intenção» num sentido que é exactamente o de Árabe *niyah*, que se traduz habitualmente assim, e esse sentido está, aliás, conforme a etimologia latina (de *in-tendere*, tender para).

(2) O que acabamos de dizer permite interpretar num sentido mais preciso estas palavras do Evangelho: — «Procurai e encontrareis; pedi e recebereis; batel e ser-vos-á aberto». — Devemos naturalmente referir-nos aqui às indicações que já demos a propósito da «intenção recta» e da «boa vontade»; e poderemos, sem dificuldade, completar, por isso, a explicação desta fórmula: *Par la terra hominibus bonae voluntatis*.

(3) No Islão, esta orientação (*qiblah*) é como a materialização, se assim podemos exprimir-nos, da intenção (*niyah*). A orientação das Igrejas cristãs é outro caso particular que se refere essencialmente à mesma ideia.

tam exteriormente ⁽¹⁾, e, no entanto, quando terminar esse período, a tradição deverá ser novamente manifestada na sua integralidade, visto que o começo de cada *Manvantara*, coincidindo com o fim do anterior, implica necessariamente, para a humanidade terrestre, o regresso ao «estado primordial» ⁽²⁾.

Na Europa, toda a ligação estabelecida consciencientemente com o centro por meio de organizações regulares, está actualmente quebrada, e já é assim desde há muitos séculos; além disso, essa rotura não é consumada de uma só vez mas em muitas fases sucessivas ⁽³⁾.

A primeira dessas fases remonta ao princípio do século XVI; o que dissemos noutro lugar das Ordens de Cavalaria pode fazer compreender melhor que um dos seus principais papéis era assegurar uma comunicação entre o Oriente e o Ocidente, comunicação cujo alcance é possível compreender, se se

(1) Trata-se, bem entendido, de uma exterioridade relativa, visto que esses centros secundários estão mais ou menos estritamente fechados desde o princípio da *Kali-Yuga*.

(2) É a manifestação da Jerusalém celeste que é, em relação ao ciclo que acaba, a mesma coisa que o Paraíso terrestre, em relação ao ciclo que começa, como já explicámos em «*O Esoterismo de Dante*».

(3) Do mesmo modo, sob outro ponto de vista mais vasto, há para a humanidade graus no afastamento do centro primordial, e é a esses graus que corresponde a distinção das diferentes *Yugas*.

notar que o centro do qual falámos aqui tem sido sempre descrito, pelo menos no que diz respeito aos tempos «históricos», como situado do lado do Oriente. Não obstante, depois da destruição da Ordem do Templo, o Rosacruzianismo, ou aquilo a que devia dar-se esse nome pela sua consequência, continuou a assegurar a mesma ligação, embora de uma forma mais dissimulada (¹). A Renascença e a Reforma marcaram uma nova fase crítica, e finalmente, segundo o que Saint-Yves parece indicar, a rotura completa teria coincido com os Tratados da Westfália que, em 1648, acabaram com a guerra dos Trinta Anos.

Ora é importante que muitos autores tenham afirmado precisamente que, pouco depois da Guerra dos Trinta Anos, os verdadeiros Rosas-Cruz deixaram a Europa para recolher-se na Ásia. E nós lembraremos a esse respeito que os Adeptos rosacruzianos eram em número de doze, como os membros do círculo mais interior da *Agartha*, e em conformidade com a construção comum a tantos centros espirituais formados à imagem desse centro supremo.

A partir dessa última época, o depósito do conhecimento científico efectivo não é guardado real-

(1) Sobre este assunto, somos obrigados a enviar para o nosso estudo sobre *O Esoterismo de Dante*, no qual fornecemos todas as indicações que permitem justificar esta asserção.

mente por nenhuma organização ocidental: Swedenborg declara, também, que é daí em diante, entre os Sábios do Tibete e da Tartária que é preciso procurar a «Palavra Perdida»; e Anne-Catherine Emmèrich, por seu lado, tem a visão de um lugar misterioso a que ela chama a «Montanha dos Profetas» e que situa nas mesmas regiões. Acrescentemos que foi a partir das informações fragmentárias que Madame Blavatsky pôde recolher acerca deste assunto, sem aliás compreender o seu verdadeiro significado, que nasceu nela a ideia de «Grande Loja Branca», que poderemos chamar, não já uma imagem, mas muito simplesmente uma caricatura ou uma paródia imaginária da Agertha ⁽¹⁾.

(1) Aqueles que compreendem as considerações que apresentamos aqui, verão por isso, mesmo por que nos é impossível tomar a sério as múltiplas organizações pseudo-esotéricas que têm nascido no Ocidente contemporâneo. Não há nenhuma que submetida a um exame um pouco rigoroso, possa fornecer a mais pequena prova de «regularidade».

IX

O «OMPHALOS» E OS BÉTILOS

Segundo o que Ossendowski relata, o «Rei do Mundo» apareceu outrora, muitas vezes, na Índia e no Sião, «abençoando o povo com uma maçã de ouro, encimada por um cordeiro»; e esse pormenor toma toda a sua importância quando se compara isso com o que Saint-Yves diz do «Ciclo do Cordeiro e do Carneiro»⁽¹⁾. Por outro lado, e isto

(1) Recordaremos aqui a alusão que já fizemos à analogia que existe entre o Agni dos Vedas e o símbolo do Cordeiro, o Agneau (*O Exoterismo de Dante*, ed. 1957, págs. 69-70; *O Homem e o seu Dever segundo o Vedânta*, pág. 43); o carneiro, representia, na Índia, o veículo de Agni. Por outro lado, Ossendowski indica inúmeras vezes que o culto de Rama existe ainda na Mongólia; existe aí pois outra coisa diferente do Budismo, ao contrário do que pretende a maior parte dos orientalistas. Por outro lado, comunicaram-nos que as semelhanças do «Ciclo de Rama» subsistiriam ainda actualmente no Camboja, informações que nos pareceram tão extraordinárias que preferimos não fazer caso delas. Apenas mencionamos esse facto por simples apontamento.

ainda é mais notável, existem na simbólica cristã inúmeras representações do Cordeiro em cima de uma montanha, donde descem quatro rios que são evidentemente idênticos aos quatro rios do Paraíso terrestre (1). Ora, nós dissemos que a *Agartha*, anteriormente ao início da *Kali-Yuga* tinha outro nome, o de *Paradésia*, que, em sânscrito, significa «região suprema», o que se aplica bem ao centro espiritual por excelência, designado também como o «Coração do Mundo»: foi dessa palavra que os Caldeus formaram *Pardes* e os Ocidentais *Paradis* (Paraíso). Tal é o sentido original desta última palavra, o que deve fazer compreender por que dizíamos anteriormente que aquilo de que se trata é sempre, de uma forma ou outra, a mesma coisa que o *Pardes* da Cabala hebraica.

Por outro lado, reportando-nos ao que já explicamos sobre o simbolismo do «Pólo», é fácil ver também que a montanha do Paraíso terrestre é idêntica à «montanha polar», de que se trata, sob diversos nomes, em quase todas as tradições: já mencionamos o *Mera* dos Hindus e o *Alborj* dos Persas, bem como o *Möntsahrat* da lenda ocidental do Graal. Citaremos também a montanha de *Qâf*

(1) Assimilamos também as representações do Cordeiro sobre o livro selado com sete selos, de que fala o *Apocalypse*. O Lamaísmo tibetano possui igualmente sete selos misteriosos, e não cremos que essa comparação seja meramente acidental.

dos Árabes ⁽¹⁾, e mesmo o *Olimpo* dos Gregos, que tem relativamente o mesmo significado. Trata-se sempre de uma região que, como o Paraíso terrestre, se tornou inacessível à humanidade vulgar e está situada fora do perigo de todos os cataclismos que transtornam o mundo humano, no fim de certos períodos cíclicos. Essa região é verdadeiramente a «região suprema»; além disso, segundo certos textos védicos e avésticos, a sua situação teria sido primitivamente polar, mesmo no sentido literal dessa palavra; e, qualquer que possa ser a sua localização através das diferentes fases da história da humanidade terrestre, ela permanece ainda polar, no seu sentido simbólico, visto que representa essencialmente o eixo, em torno do qual se realiza a revolução de todas as coisas.

A montanha simboliza naturalmente o «Centro do Mundo» antes da *Kali-Yuga*, isto é, quando ele existia, de algum modo, abertamente, e ainda não era subterrâneo. Ela corresponde, pois, ao que poderia chamar-se a sua situação normal, fora do período obscuro, cujas condições especiais implicam uma espécie de inversão da ordem estabelecida.

(1) Diz-se da montanha de *Qâf* que não se pode atingi-la «nem por terra nem por mar» (*lâ bil-harr wa lâ bil-bahr*. Conferir o que ficou dito anteriormente de *Montsalvat*), e ela tem entre as suas outras designações a de «Montanha dos Santos» (*Jabal el-Awliyyâ*) que se deve comparar com a «Montanha dos Profetas» de Anne-Catherine Emmerich.

O REI DO MUNDO

É preciso, além disso, acrescentar que, aparte essas considerações referindo-se às leis cíclicas, os símbolos da montanha e da caverna têm, um e outro, a sua razão de ser e que há entre ambos uma verdadeira complementaridade (¹); além disso, a caverna pode ser encarada como situada no interior da montanha, ou imediatamente debaixo dela.

Há ainda outros símbolos que, nas tradições antigas, representam o «Centro do Mundo»; uma dos mais notáveis é, talvez, o de «Omphalos», que se encontra igualmente em quase todos os povos (²). A palavra grega *omphalos* significa «ombílico» (umbigo), mas designa também, de uma maneira geral, tudo o que é centro, e mais especialmente o núcleo (ou o cubo) de uma roda; em sânscrito, a palavra *nābhi* tem igualmente essas diferentes acepções; e

(1) Esta complementaridade é a dos dois triângulos, dispostos em sentido inverso um do outro, que formam o eselo de Satomão. É também comparável ao da lança e da taça, de que falámos anteriormente, e de muitos outros símbolos equivalentes àqueles.

(2) W. H. Roscher, na sua obra intitulada *Omphalos*, publicada em 1913, reuniu uma quantidade considerável de documentos estabelecendo esse facto para os mais diversos povos, mas não tem razão ao pretender que esse símbolo está ligado à ideia que essas povos faziam da forma da terra, porque imagina que se trata da crenga de um centro da superfície da terra, no sentido mais grosseiramente literal. Essa opinião implica um desconhecimento completo do significado profundo do simbolismo. — Utilizaremos a seguir certo número de informações, contidas num estudo de M. J. Loh sobre *O Omphalos entre os Celtas*, publicado na *Revista dos Estudos Antigos* (Julho-Setembro 1915).

passa-se o mesmo nas linguas célticas e germânicas em relação aos derivados da mesma raiz, que se encontram aí sob as formas *nab* e *nav* ⁽¹⁾. Por outro lado, em galês, a palavra *nav* ou *naſ*, que é evidentemente idêntica a estas últimas, tem o significado de «chefe» e aplica-se também a Deus: é, pois, a ideia de Princípio central que está aqui expressa ⁽²⁾.

O significado de «roda central» (ou «cubo da roda») tem, a esse respeito, uma importância muito particular, porque a roda é, em toda a parte, um símbolo do Mundo, executando a sua rotação em volta de um ponto fixo, símbolo que deve ser comparado com o da *swastika*; mas neste, a circunferência que representa a manifestação não está traçada, de forma que é o próprio centro que está designado directamente: a *swastika* não é uma representação do Mundo, mas efectivamente a acção do Princípio em relação ao Mundo.

O símbolo do *Omphalos* podia ser colocado num lugar que fosse simplesmente o centro de determinada região, centro espiritual, ou antes, centro geográfico, embora os dois possam coincidir em certos

(1) Em alemão, *nabe*, roda, e *nabel*, umbigo; em inglês, *navv* e *navel*, tendo esta última palavra o significado geral de centro ou de meio. — O grego *omphalos* e o latim *umbilicus* provêm aliás de uma simples modificação da mesma raiz.

(2) *Agni*, no *Rig-Vêda* é chamada «umbigo da Terra», o que se liga ainda à mesma ideia; a *swastika* é muitas vezes, como já temos dito, um símbolo de *Agni*.

casos, mas se assim fosse, era porque esse ponto era, na verdade, para o povo habitando a região considerada, a imagem visível do «Centro do Mundo», do mesmo modo que a tradição particular desse povo não era senão uma adaptação da tradição primordial, sob a forma que melhor convinha à sua mentalidade e às suas condições de existência.

Conhece-se geralmente, sobretudo, o *Omphalos* do templo de Delfos. Esse templo era realmente o centro espiritual da Grécia antiga⁽¹⁾, e, sem insinuar em todas as razões que poderiam justificar esta asserção, faremos notar unicamente que era aí que se reunia, duas vezes por ano, o conselho dos Anfictiões, composto por representantes de todos os povos helenicos, e que formava além disso a única ligação efectiva entre esses povos, ligação cuja força residia precisamente no seu carácter essencialmente tradicional.

A representação material do *Omphalos* era geralmente uma pedra sagrada, a que se chama muitas vezes um «bétilo»; e esta última palavra parece não ser mais do que o hebreu *Beith-El*, «casa de Deus».

(1) Havia na Grécia outros centros espirituais, mas reservadas mais particularmente à iniciação dos Mistérios, como Eleusis e a Samotracia, enquanto Delfos tinha um papel social importante directamente no conjunto da colectividade helénica.

o nome que Jacob deu ao lugar, onde o Senhor se lhe manifestou num sonho:

«E acordado Jacob do seu sono, disse: — Na verdade, o Senhor está neste lugar e eu não o sabia.

«E temendo, disse: — Quão terrível é este lugar. Este não é outro lugar senão a casa de Deus; e esta é a porta dos Céus.

«Então, levantou-se de madrugada e tomou a pedra que tinha posto por sua cabeceira e a pôs como coluna e derramou azeite por cima dela. E deu a esse lugar o nome de *Beith-El*. Mas o nome desse lugar dantes era *Luz*». Já explicámos anteriormente o significado da palavra *Luz*; em outro lugar, se disse também que *Beith-El*, «casa de Deus», se tornou mais tarde *Beith-Lehem*, «casa do pão», a cidade onde Cristo nasceu ⁽¹⁾; a relação simbólica que existe entre a pedra e o pão seria por outro lado digna de atenção ⁽²⁾.

(1) Além disto, deve notar-se a semelhança fonética de *Beith-Lehem* com a forma *Beith-Elóhim*, que figura também no texto do *Gênesis*.

(2) «E chegando-se a ela (Jesus), o tentador disse: — Se tu és Filho de Deus manda que estas pedras se tornem em pães» (S. Mateus, IV, 3). Estas palavras têm um significado misterioso, em relação com o que aqui indicamos: o Cristo devia realizar uma transformação semelhante, mas espiritualmente e não materialmente, como lhe pedia o tentador; ora a ordem espiritual é análoga à ordem material, mas em sentido inverso, e a marca do demónio, é de tomar todas as coisas em sentido contrário. O próprio Cristo é, como manifestação do Verbo, «o pão vivo descido do Céu», donde a resposta: — «Nam só de pão viverá o

É preciso notar ainda que o nome de Beth-Pá não se aplica somente ao lugar, mas à própria pedra — «É esta pedra que eu pus como uma coluna para a casa de Deus». É pois esta pedra que deve ser propriamente a «habitação divina» (*mishkan*), segundo a designação que será dada mais tarde ao Tabernáculo, isto é, à morada da *Shekinah*. Tudo isto se liga naturalmente ao assunto das «bênçãos espirituais» (*berakoth*), e quando se fala do «culto das pedras», que foi comum a tantos povos antigos, é preciso compreender que esse culto não se consagrava às próprias pedras, mas à Divindade de que elas eram residência.

A pedra representando o *Omphalos* podia ter a forma de uma coluna, como a pedra de Jacob. É muito provável que entre os povos celtas alguns menires tivessem esse significado, e os oráculos eram pronunciados junto dessas pedras, como acontecia em Delfos, o que se explica facilmente, visto que eram consideradas como a residência da Divindade; a «casa de Deus» identifica-se muito natu-

hômem, mas de toda a palavra que sai da boca do Deus, o pão é que devia, na «Nova Aliança», ser substituído pela pedra como «casa de Deus»; e acrescentaremos que foi por isso que os oráculos cessaram. A propósito desse pão que se identifica com a «carne» do Verbo manifestado, é talvez interessante lembrar também que a palavra árabe *lahm*, que é a palavra que a hebraica *lehem*, tem precisamente a significação de «carne» ou «côco de pão».

calmente ao «Centro do Mundo». O *Omphalos* podia também ser representado por uma pedra de forma cônica, como a pedra negra de Cibele, ou ovóide; o cone recordava a montanha sagrada, símbolo do «Polo» ou o «Eixo do Mundo»; quanto à forma ovóidal, refere-se directamente a outro símbolo muito importante, o do «Ovo do Mundo» (¹).

É preciso acrescentar ainda que, se o *Omphalos* era representado mais habitualmente por uma pedra, por vezes, podia ser também por um *montículo*, uma espécie de «tumulus», que é também uma imagem da montanha sagrada. Da mesma maneira, na China, no centro de cada reino ou Estado feudal, elevava-se outrora um *montículo* em forma de pirâmide quadrangular, formada com a terra das «cinco regiões»: as quatro faces correspondiam aos quatro pontos cardeais e o cimo ao próprio centro (²).

(1) Por vezes, e particularmente sobre certos *Omphaloi* gregos, a pedra era rodeada por uma serpente. Vê-se também essa serpente enrolada na base ou no cimo dos marcos caldeus, que devem ser considerados como verdadeiros «bêlilos». De resto, o símbolo da pedra, como o da árvore (outro significado do «Eixo do Mundo») está, de uma maneira geral, em estreita ligação com o da serpente. Acontece o mesmo com o do ovo, principalmente entre os Caldeus e os Egípcios. — Um exemplo notável da significação do *Omphalos* é o «bêlilo» de Kermânia, cuja forma geral é a de um cone irregular, arredondado no cimo e no qual uma das faces tem o sinal da *swastika*. M. J. Loth, no seu estudo que citámos anteriormente, apresenta fotografias desse «bêlilo», bem como de algumas outras pedras do mesmo género.

(2) O número cinco tem, na tradição chinesa, uma importância simbólica muito particular.

Coisa singular, vamos encontrar essas «cinco regiões» na Irlanda, onde a «pedra levantada do chefe» era, de uma maneira semelhante, erguida no centro de cada domínio ⁽¹⁾.

Com efeito, é a Irlanda que, entre os países célticos, fornece o maior número de elementos relativos ao *Omphalos*. Outrora, estava dividida em cinco reinos, um dos quais tinha o nome de *Mide* (mantido sob a forma inglesada *Meath*), que é a antiga palavra céltica *medien*, «meio», idêntica ao latim *medius* ⁽²⁾. Esse reino de *Mide*, que tinha sido formado de porções recolhidas antecipadamente nos territórios dos outros quatro, tornou-se o próprio privilégio do rei supremo da Irlanda, ao qual os outros quatro estavam subordinados ⁽³⁾. Em Ushnagh, que representa muito exactamente o centro do país, erguia-se uma gigantesca pedra denominada «umbigo da Terra» e designada também pelo nome de «pedra das porções» (*ailna-meeran*), porque marcava o ponto para onde convergiam, no interior do reino de *Mide*, as linhas separativas dos quatro reinos primitivos.

Aí se reunia anualmente, no dia primeiro de

(1) *Brehon Laws*, citadas por M. J. Loth.

(2) Deve notar-se que a China é também designada pelo nome de «Império do Meio».

(3) A capital do reino de *Mide* era *Tara*. Em irlandês, a palavra *Tara* significa «estrela» e designa mais particularmente a estrela polar.

Maio, uma assembleia geral, absolutamente comparável à reunião dos Druidas no «lugar consagrado central» (*médio-lamon* ou *médio-nemeton*) da Gália, do país dos Carnutos; e a comparação com a assembleia dos Anfictiões, em Delfos, impõe-se naturalmente.

Esta divisão da Irlanda em quatro reinos, mais a região central que era a residência do chefe supremo, liga-se a tradições extremamente antigas.

Com efeito, a Irlanda foi, por esse motivo, designada por «Ilha dos quatro Mestres» (¹), mas esta denominação, como aliás a de «ilha verde» (*Erin*) applicava-se anteriormente a outra terra muito mais setentrional, hoje desconhecida, ou talvez desaparecida, *Ogygie* ou antes *Thulé*, que foi um dos principais centros espirituais, senão mesmo o centro supremo de um certo período.

A recordação desta «ilha dos quatro Mestres» encontra-se até na tradição chinesa, o que parece nunca ter sido notado. Eis um texto taoísta que faz fê disso:

«O imperador Yao deu-se a esse incômodo e julga ter reinado muito idealmente. Depois que visitou os quatro Mestres, na longínqua ilha de *Kou-chee* (habitada por «homens verdadeiros»,

(¹) O nome de S. Patrício, que só se conhece vulgarmente sob a sua forma latinizada, era ordinariamente *Cothrige*, que significa «o servidor dos quatro».

O REI DO MUNDO

tehem-jen, isto é, homens reintegrados no «estado primordial») reconheceu que tinha prejudicado tudo. O ideal, é a indiferença (ou antes o desinteresse, na actividade «não activa») do super-homem ⁽¹⁾ que deixa girar a roda cósmica ⁽²⁾.

Por outro lado, os «quatro Mestres» identificam-se com os quatro *Mahārājas* ou «grandes reis» que, segundo as tradições da Índia e do Tibete, presidem aos quatro pontos cardeais ⁽³⁾; eles correspondem ao mesmo tempo aos elementos: o Soberano supremo, o quinto, que reside no centro, na montanha sagrada, representa então o Éter (*Akāsha*), a «quinta essência», (*quinta essentia*) dos hermetistas, o elemento primordial donde provêm os outros quatro ⁽⁴⁾; e tradições análogas encontram-se igualmente na América central.

(1) O «homem verdadeiro» estando colocado no centro, não participa no movimento das coisas, mas dirige, na realidade, esse movimento pela sua presença, porque nele se reflecte a «Actividade do Céu».

(2) *Tchouang-tseu*, cap. I, tradução de P. L. Wleiger, pág. 213. O Imperador Yao reinou, diz-se, no ano 2356 antes de Cristo.

(3) Poderia fazer-se aqui uma comparação com os quatro *Astads* do esoterismo islâmico.

(4) Nas figuras cruciadas, tais como a *svastika*, este elemento é igualmente representado pelo ponto central, que é o Pólo: os outros quatro elementos, bem como os quatro pontos cardeais, correspondem aos quatro ramos da cruz, simbolizando por outro lado o quaternário em todas as suas aplicações.

X

NOMES E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DOS CENTROS ESPIRITUAIS

Podíamos citar também, no que diz respeito à «região suprema», muitas outras tradições concordantes. Para designá-la há principalmente outro nome, provavelmente mais antigo ainda que o de *Paradêsha*; esse nome é o de *Tula*, do qual os Gregos fizeram *Thulé*; e como acabamos de ver essa *Thulé* era verosimilmente idêntica à primitiva «ilha dos quatro Mestres». É preciso observar, aliás, que o mesmo nome de *Tula* foi dado a regiões muito diversas, visto que ainda hoje se encontra tanto na Rússia como na América central. Sem dúvida, devemos pensar que cada uma dessas regiões foi, numa época mais ou menos longínqua, a sede de um poder espiritual, que era como que uma emanção da *Tula* primordial. Sabe-se que a *Tula* mexicana deve a sua origem aos Toltecas; estes,

diz-se, tinham vindo de *Aztlan*, «a terra no meio das águas» que, evidentemente, não é outra senão a Atlântida, e que teriam trazido o nome de *Tula* do seu país de origem; o centro ao qual eles teriam dado esse nome devia ter substituído provavelmente, numa certa medida, o do continente desaparecido (¹). Mas, por outro lado, é preciso distinguir a *Tula* atlante da *Tula* hiperbórea, e é esta última que, na realidade, representa o centro primeiro e supremo para o conjunto do Manvantara actual; essa é que foi a «ilha sagrada» por excelência e, como dissemos mais atrás, a sua situação era literalmente polar na origem. Todas as outras «ilhas sagradas» que são designadas em toda a parte por nomes de significação idêntica, não foram senão imagens daquela; e isto aplica-se também ao centro espiritual da tradição atlante que não governou senão um ciclo histórico secundário, subordinado ao *Manvantara* (²).

(¹) O sinal ideográfico de *Aztlan* ou de *Tula* era a garça real branca; a garça e a cegonha representam no Ocidente o mesmo papel que a Ibís no Oriente, e essas três aves figuram entre os emblemas do Cristo. A Ibís era, entre os Egípcios, um dos símbolos de *Thot*, isto é, da Sabedoria.

(²) Uma grande dificuldade para determinar de uma maneira precisa o ponto de junção da tradição atlante com a tradição hiperbórea provém de certas substituições de nomes que podem dar lugar a múltiplas confusões; mas a questão, apesar de tudo, não é talvez completamente insolúvel.

A palavra *Tulā*, em sânscrito, significa «balança» e designa em particular o signo zodiacal desse nome; mas, segundo uma tradição chinesa, a Balança celeste foi primitivamente a «Ursa Maior» ⁽¹⁾. Esta observação é da maior importância, porque o simbolismo que se prende à Ursa Maior está ligado da maneira mais estreita ao do Pólo ⁽²⁾; não podemos alongar-nos aqui acerca desta questão que exige ser tratada num estudo próprio ⁽³⁾. Teria motivo também para examinar a relação que pode existir entre a Balança polar e a Balança zodiacal; esta é, aliás, considerada como o «sinal do Julga-

(1) A Ursa Maior teria sido também chamada «Balança de Sadez», sendo jada um símbolo de perfeição. Entre outros povos, a Ursa Maior e a Ursa Menor são assimiladas aos dois pratos da balança. Essa balança simbólica não tem relação com aquela de que se trata no *Siphra di-Tarbutka* (o «Livro do Mistério», secção do *Zohar*): esta está suspensa num lugar que não existe, isto é, no não-manifestado, que o ponto polar representa para o nosso mundo; pode-se dizer, por outro lado, que é no Pólo que repousa efectivamente o equilíbrio deste mundo.

(2) A Ursa Maior é, na Índia, a *septa-rishā*, isto é, a morada simbólica dos sete *Rishis*. Isto é, naturalmente, conforme à tradição hiperbórea, enquanto na tradição atlante a Ursa Maior é substituída nesse papel pelas Pleíades, que são formadas igualmente por sete estrelas. Além disso, sabe-se que, para os Gregos, as Pleíades eram filhas de Atlas e como tais chamadas também *Atlantidas*.

(3) É curioso também, notar, em relação com o que dissemos anteriormente da assimilação fonética entre Mêru e mênos que, entre os antigos Egípcios, a Ursa Maior era chamada a constelação da Coxa.

mentos; e o que dissemos anteriormente da balança como atributo da Justiça, a propósito de *Melki-Tsedeq*, pode fazer compreender melhor que o seu nome tenha sido a designação do centro espiritual supremo.

Tula é denominada ainda a «ilha branca», e já dissemos que essa cor é a que representa a autoridade espiritual. Nas tradições americanas, *Aztlan* tem por símbolo uma montanha branca, mas essa figuração applicava-se primeiramente à *Tula* hiperbórea e a «montanha polar».

Na Índia, a «ilha branca» (*Shwêta-dwîpa*), que se coloca geralmente nas regiões longínquas do Norte (1), é considerada como a «morada dos Bem-aventurados» o que a identifica claramente com a «Terra dos Viventes» (2). Entretanto, há uma excepção aparente: as tradições célticas falam sobretudo da «ilha verde» como sendo a «ilha dos

(1) A *Shwêta-Dwîpa* é uma das dezolito sub-divisões do *Jambu-Dwîpa*.

(2) Isto recorda igualmente as «ilhas Afortunadas» da antiguidade ocidental; mas essas ilhas estavam situadas a Oeste (o «jardim das Hespérides»: *hesper* em grego, *vesper* em latim, são a tarde, isto é, o Ocidente), o que indica uma tradição de origem atlântica, e pode também, por outro lado, fazer pensar no «céu ocidental» da tradição tibetana.

Hespérides, filhas de Atlas, que possuíam um jardim com frutos de ouro.

Santos» ou a «ilha dos Bem-aventurados» ⁽¹⁾; mas no centro dessa ilha ergue-se a «montanha branca» que não foi, dizem, submergida por nenhum dilúvio ⁽²⁾ e cujo cume é de cor purpúrea ⁽³⁾.

Esta «montanha de Sol», como é igualmente designada, é a mesma coisa que o *Mera*: este, que é também a «montanha branca», é rodeado de uma cintura verde pelo facto de estar situado no meio do mar ⁽⁴⁾ e no seu cume brilhar o triângulo de luz.

A designação de centros espirituais como a «ilha branca» (designação que, lembramo-lo ainda, tem podido aplicar-se como os outros aos centros secundários, e não unicamente ao centro supremo, ao qual era próprio em primeiro lugar) é preciso ligar os nomes de lugares, regiões ou cidades, que exprimem semelhantemente a ideia de brancura. Existe

(1) O nome da «ilha dos Santos» foi aplicado ulteriormente à Irlanda, como o da «ilha verdes» e mesmo à Inglaterra. Assinalamos igualmente o nome da ilha de Heligoland, que tem o mesmo significado.

(2) Já assinalámos as tradições similares concernentes ao Paraíso terrestre. — No esoterismo islâmico, a «ilha verdes» (*el-jezirah el-khadrah*) e a «montanha branca» (*el-jabal el-abied*) são também muito conhecidas, embora se fale muito pouco delas no exterior.

(3) Encontram-se aqui as três cores herméticas: verde, branca e vermelha, de que já falámos no «Esoterismo de Dante».

(4) Por outro lado, trata-se por vezes, de uma cintura com as cores do arco iris que pode ser aproximada da faixa de Iris; Saint-Yves faz abuso á isso na sua *Missão do Índia*, e a mesma coisa se encontra nas visões de Anne-Catherine Emmerich.

delas um número bastante grande, de Albion a Albânia, passando por Alba a Longa, a cidade-mãe de Roma, e as outras cidades antigas que têm podido usar o mesmo nome ⁽¹⁾, entre os Gregos, o nome da cidade de Argos tem o mesmo significado ⁽²⁾, e a razão destes factos aparecerá mais claramente no capítulo seguinte.

Há ainda uma observação a fazer acerca da representação do centro espiritual como uma ilha que limita a «montanha sagrada», porque, ao mesmo tempo que tal localização pode existir efectivamente (embora todas as «Terras Santas» não sejam ilhas), ela deve ter também uma significação simbólica. Os próprios factos históricos, e sobretudo os da história sagrada, traduzem com efeito a sua

(1) O latim *albus* «branco» deve-se comparar com o hebreu *laban*, que tem o mesmo sentido e cujo feminino *Lebanah* serve para designar a Lua; em latim, Luna pode significar, ao mesmo tempo, branca e luminosa, estando aliás as duas ideias ligadas.

(2) Entre o adjetivo *argos*, «branco», e o nome da cidade existe apenas uma simples diferença de acentuação; o nome da cidade é neutro, e esse mesmo nome no masculino é o de Argus. Pode-se pensar também aqui no navio «Argo» (que se diz ter sido construído por Argus, e cujo mastro era feito de um curvalho da floresta de Dodona). Neste último caso, a palavra pode significar igualmente «rápido», sendo a rapidêz considerada como um atributo da luz (e especialmente do relâmpago) mas o primeiro significado é «brancura» e por consequência «luminosidade». Da mesma palavra deriva ainda o nome de argenteo, que é o metal branco e que corresponde astrologicamente à Lua; o latim *argentum* e o grego *arguros* têm visivelmente uma raiz idêntica.

maneira as verdades de ordem superior, proporcionalmente à lei de correspondência que é o próprio fundamento do simbolismo e une todos os mundos na harmonia total e universal. A ideia que evoca a representação de que se trata é, essencialmente, a de «estabilidade», que indicâmos precisamente como característica do Pólo: a ilha permanece imutável no meio da agitação das ondas, agitação que é uma imagem do mundo exterior; é preciso ter atravessado o «mar das paixões» para alcançar o «Mundo da Salvação» ou o «Santuário da Paz» (1).

(1) O Yogi, tendo atravessado o mar das paixões, está unido com a Tranquilidade e possui o «Eu», (o ser consciente), na sua plenitude — diz Shankarâchârya (Atmâ-Bodha). As paixões são tomadas aqui para designar todas as modificações contingentes e transitórias que constituem a «corrente das formas»: é o domínio das «águas inferiores» segundo o simbolismo comum a todas as tradições. É por isso que a conquista da «Grande Paz» é representada muitas vezes sob a figura de uma navegação (e é essa também uma das razões por que a barca, no simbolismo católico, representa a Igreja); é também por vezes representada sob a figura de uma guerra, e a *Bhagavad-Gîtâ* pode ser interpretada nesse sentido, do mesmo modo que poderia desenvolver-se, sob esse ponto de vista, a teoria da «guerra santa» (jihad), segundo a doutrina islâmica. — Acrescentemos que a «marcha sobre as águas» simboliza o domínio do mundo das formas e da mudança: *Vishnu*, é denominado *Nârâyana*, «Aquele que marcha sobre as águas»; impõe-se uma comparação com o Evangelho, onde se vê precisamente Cristo andar sobre as águas.

XI

LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS ESPÍRITUAIS

No capítulo anterior deixámos de lado, quase completamente, a questão da localização efectiva da «região suprema», questão muito complexa, e aliás completamente secundária, do ponto de vista em que quisemos colocar-nos. Parece que há ocasião de considerar muitas localizações sucessivas, correspondentes a diferentes ciclos, sub-divisões de um outro ciclo mais extenso que é o *Manvantara*; se, por outro lado, se considera o conjunto deste, pondo-o de algum modo fora do tempo, haveria uma ordem hierárquica a observar entre essas localizações, correspondendo à constituição de formas tradicionais que, em resumo, não são mais do que adaptações da tradição principal e primordial que domina todo o *Manvantara*. Por outro lado, lembraremos mais uma vez que pode também haver, simultaneamente, além do centro principal, muitos outros centros que se ligam a ele e que são dele

O REI DO MUNDO

outras tantas imagens, o que é uma origem de confusões muito fácil de cometer, tanto mais que centros secundários, sendo mais exteriores, são por isso mesmo mais aparentes do que o centro supremo ⁽¹⁾.

Acerca deste último ponto, já notámos em particular a semelhança de Lhassa, centro do Lamaísmo, com a *Agartha*. Acrescentaremos agora que, mesmo no Ocidente, conhecem-se pelo menos duas cidades cuja disposição topográfica apresenta particularidade que, na origem tiveram uma idêntica razão de ser: Roma e Jerusalém (e vimos anteriormente que esta última era efectivamente uma imagem visível da misteriosa *Salem* de *Melki-Tsedeq*). Havia com efeito na antiguidade, como já indicámos, o que poderia chamar-se uma geografia sagrada ou sacerdotal, e a posição das cidades e dos templos não era arbitrária, mas determinada segundo leis muito precisas ⁽²⁾; podem-se pressentir por isso as ligações que uniam a «arte sacerdotal» e a «arte real» à arte dos construtores ⁽³⁾, assim como as razões pelas quais as antigas

(1) Segundo a expressão que Saint-Yves retira ao simbolismo do Tarot, o centro supremo está entre os outros centros, como «o zero fechado dos vinte e dois arcanos».

(2) O *Timon* de Platão parece conter, de uma maneira velada, várias alusões à ciência de que se trata.

(3) Lembremos aqui o que dissemos de *Ulalo de Pontifex*; por outro lado, a expressão de «arte real» tem sido mantida pela moderna Maçonaria.

corporações estavam na posse de uma verdadeira tradição iniciática (¹).

Por outro lado, entre a fundação de uma cidade e a constituição de uma doutrina (ou de uma nova forma tradicional, por adaptação às condições definidas de tempo e de lugar) havia uma tal relação que a primeira era muitas vezes tomada para simbolizar a segunda (²).

Naturalmente, devia recorrer-se a precauções muito especiais quando se tratava de fixar o local de uma cidade que era destinada a tornar-se, de uma maneira ou de outra, a metrópole de uma parte do mundo; e os nomes das cidades, tanto como o que se relaciona, com as circunstâncias da sua fundação, mereceriam ser examinadas cuidadosamente debaixo desse ponto de vista (³).

(¹) Entre os Romanos, *Janus* era ao mesmo tempo o deus da iniciação nos Mistérios e o das corporações dos artistas. (*Collegia fabrorum*). Há nesta dupla atribuição um facto particularmente significativo.

(²) Citaremos, como exemplo, o símbolo de Amphion construindo os muros de Tebas pelos sons da sua lira. Ver-se-á daqui a pouco o que indica o nome da cidade de Tebas. Sabe-se a importância que tinha a lira no Orfismo e no Pitagorismo. É de notar que, na tradição chinesa, trata-se muitas vezes de instrumentos de música que representam um papel semelhante, e é evidente que o que fica dito deve ser entendido simbolicamente.

(³) No que diz respeito aos nomes, poder-se-ia encontrar alguns exemplos no que antecede, principalmente naqueles que se ligam à ideia de brancura, e vamos ainda indicar alguns outros. Haveria também muito a dizer acerca dos objectos sagrados aos

O REI DO MUNDO

Sem nos alongarmos sobre essas considerações que se referem apenas indirectamente ao nosso tema, diremos ainda que um centro do género daqueles de que acabamos de falar existia em Creta, na época pré-helénica ⁽¹⁾, e ao que parece o Egipto contava com muitos, provavelmente fundados em épocas sucessivas, como Memphis e Tebas ⁽²⁾. O nome desta última cidade, que foi

quels estavam ligados, em certos casos, o poderio e a conservação da cidade: tal era o lendário *Palladium* de Tróia; tais eram também, em Roma, os escudos dos Sállos (que se dizia terem sido talhados num aerólito no tempo de *Numa*; o Colégio dos Sállos compunha-se de doze membros); esses objectos eram suportes de «influências espirituais», como a arca da Aliança, entre os Hebreus. (*Os Sállos eram sacerdotes de Minos, encarregados da guarda dos doze estudos sagrados*).

(1) O nome de Minos é por si mesmo uma sufficiente indicação a esse respeito, como o de *Ménés*, no que se refere ao Egipto. Voltando ao que dissemos do nome de *Numa*, recordaremos a significação do de *Sklomakh* para Jerusalém. — A propósito de Creta, assinalemos o uso do *Labirinto*, como símbolo característico, pelos constructores da Idade Média. O mais curioso é que o percurso do *Labirinto* traçado sobre o pavimento de algumas Igrejas era considerado como substituindo a peregrinação à Terra Santa para aquellas que não podiam fazê-la.

(2) Via-se também que Delfos tinha representado esse papel para a Grécia. O seu nome evoca o do delfim, cujo simbolismo é muito importante. Outro nome notável é o de Babilónia: *Bab-ilá* significa «porta do Céu», o que é uma das qualificações dadas por Jacob a Luz; por outro lado, pode ter também o significado de «Casa de Deus», como *Beith-El*; mas torna-se sinónimo de «confusão» (*Babel*) quando a tradição está perdida: é então a inversão do símbolo, tomando a *Janna Inferni* o lugar da *Janna Coeli*.

também o de uma cidade grega, deve reter mais particularmente a nossa atenção, como designação de centros espirituais, por motivo da sua evidente identidade com o da *Thebah* hebraica, isto é, da Arca do dilúvio.

Esta é também uma representação do centro supremo, considerado especialmente, enquanto assegura a conservação da tradição, no estado de desenvolvimento por assim dizer ⁽¹⁾, no período transitório que é como o intervalo de dois ciclos e que é assinalado por um cataclismo cósmico, destruindo o estado anterior do mundo para dar lugar a um novo estado ⁽²⁾. O papel do Noah bíblico ⁽³⁾ é semelhante àquele que representa, na tradição hindu *Satyavrata* que se torna em seguida, sob o

(1) Este estado é assimilável àquele que representa para o princípio de um ciclo o «Ovo do Mundo», contendo em germen todas as possibilidades que se desenvolverão no decorrer do ciclo. A Arca contém, do mesmo modo, todos os elementos que servirão para a restauração do Mundo e que são também os germens do seu futuro estado.

(2) É também uma das funções do «Pontificado» assegurar a passagem ou transmissão tradicional de um ciclo para outro. A construção da Arca tem aqui o mesmo significado que o de uma ponte simbólica, porque ambas são destinadas a permitir a «passagem das águas» que por outro lado têm múltiplas significações.

(3) Deve notar-se igualmente que Noé é designado como tendo sido o primeiro que plantou a vinha (Génese, IV, 20), facto que deve comparar-se com o que dissemos mais atrás sobre a significação simbólica do vinho e do seu papel nos ritos iniciáticos, a propósito do sacrifício de Melquisedeque.

O REI DO MUNDO

nome de *Vaivaswata*, o *Manu* actual; mas é de notar que, enquanto esta última tradição se refere também ao principio do presente *Manvantara*, o dilúvio bíblico marca apenas o principio de um outro ciclo mais restrito, compreendido no interior desse mesmo *Manvantara* (1): não se trata do mesmo acontecimento, mas unicamente de dois acontecimentos análogos entre si (2).

O que é ainda mais digno de ser aqui notado é o do Arco Íris, relação que é sugerida, no texto a relação que existe entre o simbolismo da Arca bíblica, pela aparição deste último depois do dilúvio, como sinal de aliança entre Deus e as criaturas terrestres (3).

A Arca, durante o cataclismo, flutua sobre o Oceano das águas inferiores; o arco-íris, no momento que marca o restabelecimento da ordem e da renovação de todas as coisas, aparece «na nuvem negra», quer dizer, na região das águas superiores. Trata-se, pois, de uma relação de analogia no sentido mais restrito desta palavra, isto é, que as duas

(1) Um dos significados históricos do dilúvio bíblico pode ser relacionado com o cataclismo em que desapareceram a Atlântida.

(2) A mesma observação applica-se naturalmente a todas as tradições diluvianas que se encontram em grande número de povos; são as que dizem respeito a ciclos ainda mais particulares, como é o caso, principalmente entre os Gregos, dos dilúvios de Deucalião e do *Ogygés*.

(3) Gênesis, IX, 12-17.

figuras são inversas e complementares uma da outra: a convexidade da Arca está voltada para baixo, a do arco-iris para cima, e a sua junção forma uma figura circular ou cíclica completa, da qual são como duas metades ⁽¹⁾.

Esta figura estava, com efeito, completa no princípio do ciclo: é o corte vertical de uma esfera, cujo corte horizontal é representado pelo limite circular do Paraíso terrestre ⁽²⁾; e este está dividido por uma cruz que forma os quatro rios que descem da «montanha polar» ⁽³⁾. A reconstituição deve ope-

(1) Essas duas metades correspondem às do «Ovo do Mundo», como as «águas superiores» e as «águas inferiores», também; durante o período de perturbação a metade superior torna-se invisível, e é na metade inferior que se produz então o que Fabre d'Olivet chama a «acumulação das espécies». — As duas figuras complementares de que se trata podem também, sob um certo ponto de vista, ser comparadas a dois crescentes lunares voltados em sentido inverso (sendo um como o reflexo do outro e o seu simétrico em relação à linha de separação das águas), o que se refere ao simbolismo de Jonas, do qual o navio é, aliás, um dos emblemas. Observa-se também que há aqui uma espécie de equivalência simbólica entre o crescente, a taça e o navio, e que a palavra «vaisseau» (em português, vaso, vasilha, recipiente, navio, etc.) serve para designar ao mesmo tempo estes dois últimos (O «Saint Vaisseau» é uma das denominações mais vulgares do Graal, na Idade Média).

(2) Esta esfera é também o «Ovo do Mundo»: o Paraíso terrestre encontra-se no plano que o divide nas suas duas metades, superior e inferior, isto é, no limite do Céu e da Terra.

(3) Os Cabalistas fazem corresponder a esses quatro rios as quatro letras que formam em hebreu a palavra *Paradés*. Já assinalámos a sua relação analógica com os quatro rios dos Infernos (O *Esoterismo de Dante*, ed. 1957, pág. 62).

rar-se no fim do mesmo ciclo; mas nesse momento, na figura da Jerusalém celeste, o círculo é substituído por um quadrado (¹), o que indica a realização daquilo que os hermetistas designam simbolicamente como a «quadratura do círculo»: a esfera, que representa o desenvolvimento das possibilidades pela expansão do ponto primordial e central, transforma-se num cubo quando esse desenvolvimento está terminado e o equilíbrio final é atingido pelo ciclo considerado (²).

(1) Esta substituição corresponde à do simbolismo vegetal pelo simbolismo mineral, cuja significação já indicámos. (Ibidem, pág. 67) — As doze portas da Jerusalém celeste correspondem naturalmente aos doze signos do Zodíaco, assim como às doze tribos de Israel. Trata-se pois de uma transformação do ciclo zodiacal, consecutiva à paragem da rotação do mundo e à sua fixação num estado final, que é a restauração do estado primordial, quando for terminada a manifestação sucessiva das possibilidades que esta continha.

— A «Árvore da Vida», que estava no centro do Paraíso terrestre, está igualmente no centro da Jerusalém celeste. E aqui produz doze frutos; e estes apresentam certa relação com os doze *Adityas*, como a própria «Árvore da Vida» tem uma com *Aditi*, essência única e indivisível de que eles saíram.

(2) Poder-se-ia dizer que a esfera e o cubo correspondem aqui respectivamente aos dois pontos de vista dinâmico e estático; as seis faces do cubo são orientadas segundo as três dimensões do espaço, como os seis ramos da cruz traçada a partir do centro da esfera. — No que diz respeito ao cubo, será fácil fazer uma comparação com o símbolo maçônico da «pedra cúbica», que se refere igualmente à ideia do acabamento e perfeição, isto é, à realização da plenitude das possibilidades implicadas num certo estado.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Do testemunho concordante de todas as tradições de que existe uma «Terra Santa», por excelência, extrai-se claramente uma conclusão: é a afirmação de que existe uma «Terra Santa», por excelência, protótipo de todas as outras «Terras Santas», centro espiritual, ao qual todos os outros centros estão subordinados. A «Terra Santa» é também a «Terra dos Santos», a «Terra dos Bem-aventurados», a «Terra dos Videntes» e a «Terra da Imortalidade»; todas estas expressões são equivalentes, mas é preciso ainda juntar a de «Terra Pura» ⁽¹⁾, que Platão

(1) Entre as escolas budistas que existem no Japão, há uma, a de *Chinlô*, cujo nome se traduz por «Terra pura»; isto faz recordar, por outro lado, a denominação sânscrita dos «Irmãos de Pureza» (*Uchroân Ka-Kafâ*), sem falar dos *Gótoras* da Ilha de Méta ocidental, cujo nome significa «puros». Aliás, é provável que a palavra *sofi*, designando os iniciados aniquilados (ou mais precisamente os que atingiram a intenção final da iniciação, como os *Pogis*, na tradição hindu) tenha exactamente o mesmo significado. Com efeito, a etimologia vulgar, que o faz derivar de *sofi*,

O REI DO MUNDO

aplica precisamente à «morada dos Bem-aventurados» (1). Situa-se habitualmente essa morada num «mundo invisível»; mas, se se quiser compreender do que se trata, não se deve esquecer que se passa o mesmo com as «hierarquias espirituais» de que falam também todas as tradições e representam, na realidade, os graus de iniciação (2).

No período actual do nosso ciclo terrestre, isto é, na *Kali-Yuga*, essa «Terra Santa», defendida por «guardas» que a ocultam dos olhares profanos, assegurando no entanto certas relações exteriores, é efectivamente invisível, inacessível, mas única-

«Isto (donde teria sido feita a vestimenta que os Sufis trazem) é muito pouco satisfatória, e a explicação pelo grego *sophos*, «sábio», parecendo mais aceitável, tem o inconveniente de apelar para um vocábulo estranho à língua árabe. Julgamos pois que é de admitir de preferência a interpretação que faz derivar *Sufl* de *sufû* «pureza».

(1) A descrição simbólica desta «Terra Pura», encontra-se no fim do *Phédon* (trad. de Mário Meunier, pág. 285-289). Observámos já que se pode estabelecer uma espécie de paralelo entre essa descrição e a que Dante fez do Paraíso Terrestre. (John Stewart, *The myths of Plato*, págs. 101-113).

(2) Além disso, os diversos mundos são propriamente estados e não lugares, embora possam ser descritos simbolicamente como tais. O vocábulo sânscrito *loka*, que serve para designá-los, e que é idêntico ao latim *locus*, encerra em si a indicação desse simbolismo espacial. Existe também um simbolismo temporal, segundo o qual esses mesmos estados são descritos sob a forma de ciclos sucessivos, embora o tempo, tão bem como o espaço, não seja, na realidade, senão uma condição própria de um dentre eles, de forma que a sucessão não é aqui senão a imagem de um encadeamento causal.

mente para aqueles que não possuem as qualificações exigidas para entrar nela. Agora, a sua localização numa região determinada deve ser considerada como literalmente efectiva, ou unicamente como simbólica, ou, ao mesmo tempo, uma e outra? A esta pergunta responderemos simplesmente que, para nós, os próprios factos geográficos e também os factos históricos têm, como todos ou outros, um valor simbólico, que evidentemente não lhes tira nada da sua própria realidade, na qualidade de factos, mas que lhes confere, além dessa realidade imediata, uma significação superior (1).

Não pretendemos ter dito tudo o que haveria a dizer sobre o assunto a que se refere este estudo, longe disso, e as comparações que estabelecemos poderão certamente sugerir muitas outras. Mas, apesar de tudo, dissemos certamente muito mais do que se tem dito até aqui, e alguns estarão talvez tentados a censurar-nos.

(1) Isto pode ser comparado à pluralidade dos sentidos segundo os quais se interpretam os textos sagrados, e que, longe de opôr-se ou destruir-se, se completam e se harmonizam ao contrário, no conhecimento sintético integral. — Do ponto de vista que aqui indicamos, os factos históricos correspondem a um simbolismo temporal e os factos geográficos a um simbolismo espacial. Entre uns e outros existe, aliás, uma ligação ou uma correlação necessária, como entre o tempo e o espaço, e é por isto que a localização do centro espiritual pode ser diferente, segundo os períodos considerados.

Não obstante, não pensamos que isto seja muito e estamos mesmo persuadidos que não há nada que não deva ser dito, embora estejamos menos dispostos que ninguém a contestar que haja ocasião de encarar uma questão de oportunidade, quando se trata de expor publicamente certas coisas de um carácter abusado.

Acerca dessa questão de oportunidade podemos limitar-nos a uma breve observação: é que, nas circunstâncias no meio das quais vivemos presente-mente, os acontecimentos desenvolvem-se com tal rapidez que muitas coisas cujas razões não aparecem imediatamente, poderiam encontrar muito bem, e mais cedo do que estaríamos tentados a crer, aplicações bastante imprevistas, senão completamente impreviáveis.

Queremos abster-nos de tudo o que, de perto ou de longe, pudesse assemelhar-se a *profecias*. No entanto, não podemos deixar de citar aqui, para terminar, esta frase de Joseph de Maistre (1), que hoje é ainda mais verdadeira do que há um século:

(1) *Discursos de Joseph Petrusbonica*, 41.^a conferência. Para evitar qualquer aparência de contradição com a conclusão dos oráculos, a que fazemos referência n'outro artigo e que Plutarco já tinha observado, merecê a pena fazer notar que esta palavra *oráculos* é tomada por Joseph de Maistre num sentido mais lato, aquele que se lhe dá muitas vezes na linguagem corrente, e não no sentido próprio e preciso que tinha na antiguidade.

«É preciso estarmos preparados para um acontecimento imenso na ordem divina, para o qual marchamos com uma velocidade acelerada, que deve impressionar todos os observadores. Terríveis oráculos anunciam que os tempos estão próximos».

CAVALO BRANCO é Símbolo, é Tradição. Presente na emblemática de todas as Idades e em todas as civilizações, aparece tanto nos vestígios de MUI, o continente perdido, como nas lendas dos Quetzals, na arte Maya, nas «tablettes» Naacals, nos petróglifos dolmênicos, nas insculpturas rupestres... na própria hagiografia cristã: eis que o cavaleiro S. Jorge (ou Akdorge, segundo os tibetanos) vence o Dragão montado no seu Corcel Branco!

Mas CAVALO BRANCO, além de Tradição, é também Sinal e Mistério. Símbolo do Cristo de Aquarius, pouco importa o seu nome (Maitreya, para os tibetanos; Chenrazi, para os mongóis; Iman Mahdi, para os muçulmanos; Sossioh, para os persas) ele expressa o Avatara Branco do Ocidente, o Instrutor da Humanidade para o próximo futuro.

CAVALO BRANCO é assim Futurologia, Aventura. Acaso a caducidade e a confusão deste século não preludiam o advento de Novos Tempos, da profética Idade de Ouro do Terceiro Milénio, a Satya-Yuga tão celebrada pelos poetas e pela Sabedoria Iniciática como ciclo de paz, de bem-aventurança para a Humanidade?

Quase mau grado seu, tem o Homem de viver sua aventura, essa imersão no futuro, esse «Salto de Cavalo» no Desconhecido. Por que não decidir-se, então, por que não tentar a sua Grande Aventura no dorso do CAVALO BRANCO?

